



PADRE JULIO LANCELLOTTI

Radis acompanha a rotina de solidariedade de um dos líderes religiosos mais atuantes na pandemia de covid-19



“A Terra está falando. Ela nos diz que não temos mais tempo”. O alerta sobre as mudanças climáticas é da jovem ativista indígena Txai Suruí, a única brasileira a discursar na Conferência do Clima (COP26), em Glasgow, no Reino Unido, em 1º de novembro. Ela ressaltou que os povos indígenas estão na linha de frente da emergência climática e devem estar também no centro das decisões — o discurso, no entanto, foi criticado por Jair Bolsonaro e gerou ataques de ódio contra a jovem indígena por parte de apoiadores do presidente. “Precisamos tomar outro caminho com mudanças corajosas e globais. Não é 2030 ou 2050, é agora”, completou Txai.

RADIS

edição 230 . novembro 2021

CAPA: FOTO DE VICTOR ANGELO CALDINI

- EDITORIAL
- 3** **Contra as pedras da exclusão**
 - 4** VOZ DO LEITOR
 - 5** SÚMULA
 - 10** PANDEMIA
CPI termina com pedido de responsabilização
 - 12** CAPA | CIDADANIA
Solidariedade em movimento
 - 14** **Primeiro momento: O guerreiro do tempo comum**
 - 16** ENTREVISTA | PADRE JULIO LANCELLOTTI
“Não é possível cuidar da saúde em um mundo doente”
 - 21** **Segundo momento: O arcanjo das conexões improváveis**
 - 22** **Terceiro momento: O mensageiro dos que são invisíveis**
 - ENTREVISTA | ANA CUNHA
 - 24** **Pobreza menstrual**
 - 31** **“Mas você vai usar papel higiênico?”**
 - REDES DE ATENÇÃO
 - 32** **Linha de cuidado**
 - 34** SERVIÇO
 - PÓS-TUDO
 - 35** **Carta de Tarumã: Declaração dos povos indígenas da Amazônia brasileira frente à crise climática**

Contra as pedras da exclusão

“ A Terra está falando. Precisamos tomar outro caminho com mudanças corajosas e globais. Não é 2030 ou 2050, é agora. ”

Ativista indígena Txai Suruí

No Brasil, cresceu a discussão sobre a pobreza menstrual, que afeta brasileiras que vivem em condições de pobreza sem recursos para adquirir produtos de higiene e não têm acesso a serviços de saneamento básico, e educação sobre a saúde menstrual e cuidados com o próprio corpo.

O veto do presidente Jair Bolsonaro ao projeto de lei que previa a distribuição gratuita de absorventes a estudantes de baixa renda de escolas públicas, presidiárias e mulheres em situação de rua ou de vulnerabilidade extrema, escancarou a negligência e a falta de empatia com que o tema é tratado no país.

O estigma e os tabus que trazem a vergonha por sangrar, os sofrimentos e as implicações do Transtorno Pré Menstrual – TPM, que acomete muitas meninas, mulheres e homens trans, não podem afastá-las das escolas, do trabalho e do direito de não serem humilhadas, como relata nesta edição a entrevistada sobre este tema, Anna Cunha.

O repórter da *Radis*, Adriano de Lavor, entrevistou e acompanhou um dia de trabalho do padre Julio Lancellotti, nome bastante conhecido por sua atuação em defesa da população em situação de rua e por seu envolvimento em um incidente com a Prefeitura de São Paulo, quando quebrou a marretadas as pedras colocadas sob os viadutos que serviam de abrigo para pessoas sem moradia.

Entre os bancos da igreja, a inauguração de um supermercado e uma roda de conversa num boteco, o repórter ouviu o testemunho dos que o seguem e comprovou o quanto sua presença e palavra são demandadas.

A trajetória de um velho padre com disposição de um menino, que optou por cuidar dos miseráveis e invisíveis, emociona quem conhece sua história de luta, que já foi contada em livro. A força e a coerência de suas palavras inspiram em quem o ouve a reflexão sobre o papel de cada um para resistir às opressões. Seu conhecimento sobre as dores, a solidão e o que chama de incomunicabilidade mostra o quanto ele caminha entre os esquecidos e oprimidos — e o que aprendeu com essa população

durante a pandemia, lendo os olhares das pessoas. Ele sabe que não é fácil acolher gente com históricos de sofrimentos e rejeições, conhece o que acontece nas ruas onde o dia e a noite se alternam, sem oportunidades, segurança e respeito.

Sua fala é de luta sem armas e sem ódio, mas ao contrário, aceitando a diversidade e a pluralidade que existe por onde anda, com solidariedade e cuidado com a dor do outro. Enquanto o Brasil permanece sem política social de enfrentamento à pobreza e igualdade, Padre Júlio segue retirando as pedras do caminho.

A pandemia evidenciou e aprofundou uma crise social sem precedentes no Brasil, como consequência principalmente de investimentos em projetos desconectados da realidade e na demora em responder às necessidades sanitárias urgentes. O atraso na aquisição de vacinas e a falta de transparência nos contratos, a recusa e a indiferença para propor o isolamento social, as informações mentirosas, a negligência para realizar um programa de rastreio de contatos e testagem, a aposta numa imunidade de rebanho em contradição ao que dizia a Ciência e a não orientação da população, contribuíram para o vírus se espalhar e causar mais de 610 mil mortes.

Estas e outras causas estão apontadas como graves erros e constam do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a atuação do Governo Federal. Para um Brasil que sofreu e sofrerá por muito tempo as consequências desta pandemia, é fundamental uma rigorosa apuração de quem fez a opção pela ignorância e oportunismo de ocasião, que provocaram dores tão profundas que não podem ser esquecidas ou ignoradas. Todos os seus autores devem figurar como baluartes das trevas, com as respectivas penalizações.

Às famílias dos mortos e os que sobreviveram ao vírus e sofrem com as sequelas, aos profissionais de saúde que estiveram presentes na luta salvando vidas e aliviando a dor, aos que não foram indiferentes e souberam dividir e acolher com generosidade as necessidades do outro, está reservado um lugar no panteão da História. 

■ JUSTA HELENA FRANCO SUBCOORDENADORA DO PROGRAMA RADIS

SUA OPINIÃO

Para assinar, sugerir pautas e enviar a sua opinião, acesse um dos canais abaixo

E-mail radis@ensp.fiocruz.br Tel. (21) 3882-9118 End. Av. Brasil, 4036, Sala 510 Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ CEP 21040-361



CONSULTÓRIOS NA RUA

Essa matéria fala muito sobre nós... Sobre os caminhos do cuidado que trilhamos com as pessoas em situação de rua ao longo desses 10 anos. Marcelo Pedra, uma grande referência nessa trajetória.

Jorgina Sales, via Instagram

Um trabalho de grande importância para a cidadania, a dignidade e o soerguimento de quem está em situação de maior vulnerabilidade em nossa sociedade. Parabéns, Marcelo Pedra, Fiocruz Brasília e equipe!

Paulo Stocco, via Instagram

Tenho muita satisfação de ter feito parte da equipe do Consultório na Rua do meu município. Um trabalho de vínculos, de construção diária no coletivo e, ao mesmo tempo, no um a um,

de promoção da saúde, de atenção e cuidados básicos, de promoção da dignidade. Viva o SUS! Parabéns Marcelo Pedra pela entrevista e por todo apoio que sempre deu a todas as equipes.

Tatiana Tavares, via Instagram

A EMOÇÃO QUANDO RADIS CHEGA

Sugerida pelo estimado professor Anderson Araújo, a assinatura de *Radis* trouxe a mim, meus familiares, vizinhos e amigos uma “sintese de sentimentos”.

A começar pela capa, com imagens impactantes e a arte da linguagem verbal, as quais previamente elevam um sentimento de ansiedade e curiosidade ao entregador dos Correios, meus pais e minha tia. Para os impacientes ou “sem tempo”, já sugiro ler o editorial, a Voz do leitor e o Pós-tudo. E quem quer se deleitar de reportagens e um noticiário atualizado, imparcial e confiável, com imagens belas e cores vibrantes bem como informações relevantes ao conhecimento público, apreciem sem moderação toda a revista.

Obrigado à equipe da *Radis* por proporcionar a todos ao meu redor esse somatório de emoções!

Gean Caldeira de Souza, Montes Claros, MG

Olá, Gean, muito obrigado pela carta tão bonita! Que bom que *Radis* dialoga com essas emoções e desperta empatia!

“AINDA NÃO ACABOU”

Matéria brilhante da jornalista Liseane Morosini, com o neurocientista Miguel Nicoletis (*Radis* 228).

Tatti Maeda, via Instagram

SÍNDROME PÓS-COVID

Perfeita a reportagem “Dias que nunca

terminam” (*Radis* 218). Fui no posto pra fazer o acompanhamento das sequelas, a médica me encaminhou para o psicológico. Eu estou passada.

Li Cris, via Facebook

Olá, Li, esse é um assunto que tem despertado muita atenção de nossos leitores e voltaremos a ele futuramente.

DIREITO À COMUNICAÇÃO E SAÚDE

O assunto sobre Pandemia, Comunicação e Direitos é muito interessante, pois as pessoas precisam saber como a pandemia de covid-19 atrapalhou a vida de muita gente. Só tenho a agradecer pela matéria.

Emanuely Paloma da Silva Ribeiro, via Facebook

VITILIGO

Que matéria linda (*Radis* 229)! Muito obrigado pela intenção e pela postura de ajudar a divulgar e potencializar essa nossa narrativa sobre o vitiligo. É sobre a potência de causas importantes que a gente consegue transformar o mundo. Obrigado, Adriano!

Vitor Macedo, Rio de Janeiro, RJ

Sou portadora de vitiligo desde os 28 anos, hoje estou com 48. Uma situação que constrange é quando olham e falam: “Nossa, como aumentou! Está tudo branca, você não faz tratamento?”. Ou: “Passe uma base pra disfarçar”.

Marissol Christina, Castro, PR

EXPEDIENTE

RADIS® é uma publicação impressa e digital da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa *Radis* de Comunicação e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

FIOCRUZ

Nísia Trindade
Presidente

ENSP

Marco Menezes
Diretor

PROGRAMA RADIS

Rogério Lannes Rocha
Coordenador e editor-chefe

Justa Helena Franco
Subcoordenadora

REDAÇÃO

Luiz Felipe Stevanim
Editor

Bruno Dominguez
Subeditor

Reportagem
Adriano De Lavor, Ana Cláudia Peres, Liseane Morosini

Arte
Felipe Plauska

Documentação
Eduardo de Oliveira
(arte e fotografia)

Administração
Fábio Lucas

ASSINATURAS

Assinatura grátis (sujeita a ampliação) Periodicidade mensal Impressão Edigráfica gráfica e editora Ltda Tiragem 125.200 exemplares

USO DA INFORMAÇÃO

Textos podem ser reproduzidos, citada a fonte original.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

FIM DO BOLSA FAMÍLIA

Após 18 anos e com um custo de 0,5% do PIB, chegou ao fim o Bolsa Família, uma das maiores políticas de inserção do mundo. O último pagamento foi feito em outubro e o programa foi oficialmente extinto em 8 de novembro. Em seu lugar, entra o Auxílio Brasil — que chega com reajuste de menos de 20% do Bolsa Família e valor de R\$ 217,00. Segundo registrou o site da CNN (31/10), antes de entrar em campo, o Auxílio enfrentou dificuldades, já que os recursos não estavam garantidos e faltavam critérios para inclusão de novos beneficiários.

A incerteza e a desinformação provocaram uma corrida aos postos da Central de Cadastro Único para fazer o CadÚnico, a porta de entrada de famílias de baixa renda em programas sociais, como registrou o G1 (5/11). No Recife, o Jornal do Commercio (5/11) salientou que havia grande expectativa e um “quadro de insegurança” entre os que enfrentavam uma longa fila. Segundo o site do jornal O Povo (29/10), cerca de 13,9 milhões de famílias poderiam ficar desassistidas. Mais tarde, o G1 (9/11) informou que todas as famílias já beneficiadas pelo Bolsa Família serão incluídas automaticamente no Auxílio Brasil, sem a exigência de recadastramento.

Em artigo no site da Carta Capital (5/11), a professora Luana Tolentino considerou que a imprensa repercutiu de forma tímida e quase com uma nota de pé de página o final de um programa que “tirou o Brasil do Mapa da Fome da ONU e encantou o mundo”. Além disso, salientou que “não há qualquer garantia de que o programa ‘Auxílio Brasil’ terá a mesma eficácia do seu antecessor e se terá continuidade depois de 2022”, que é ano eleitoral. Já a economista Tereza Campello, ex-ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome durante o governo Dilma Rousseff, afirmou ao site Poder 360 (6/10) que o Auxílio Brasil, deslocado de outras políticas sociais, não resolverá a pobreza e a fome no Brasil. Segundo afirmou ao site, “o fim do Bolsa Família é o desmonte dessa estratégia de combate à pobreza. Sem seguridade social, acesso ao SUS e à educação, o Auxílio Brasil não para em pé”. Em uma rede social, a ex-ministra afirmou que, entre 19 mil estudos realizados sobre o Bolsa Família, nenhum deles embasou sua extinção.

Sandra Brandão, economista da Fundação Seade, lembrou ao G1 (7/11) que, “com um gasto muito pequeno, que não chegava a meio por cento do PIB, ele conseguiu romper o círculo vicioso da pobreza”. “Ninguém imaginava que um

programa com um custo tão baixo, aplicado no país inteiro por um volume tão grande de pessoas, pudesse dar tão certo”, declarou. De acordo com o G1, um estudo do Ipea divulgado em 2019 apontou que, em 2017, as transferências do programa retiraram 3,4 milhões de pessoas da pobreza extrema e outras 3,2 milhões da pobreza. De 2001 a 2015, o programa respondeu por uma redução de 10% da desigualdade no país.

Cada real investido no programa gera R\$ 1,8 no PIB, criando um efeito benéfico ao crescimento do país, afirmou o mesmo estudo citado pelo G1. Efeitos positivos foram também notados sobre a saúde e a educação, com queda de 58% na mortalidade infantil, aumento da frequência escolar e — graças à melhoria na alimentação — na altura das crianças, como lembrou Sandra.

Em nota (29/10), a organização Oxfam considerou que “beira a crueldade terminar um programa social da magnitude do Bolsa Família, programa de transferência de renda considerado modelo no mundo, sem realizar um debate público e amplo com a sociedade e concluir a construção do seu substituto”. “Mais ainda quando esse término é feito por um instrumento que tem duração de 60 dias caso não seja aprovado pelo Congresso. Milhões de famílias estão sendo jogadas no limbo sem saber se poderão seguir se alimentando e sobrevivendo”, diz o texto.

EFEITO BOLSA FAMÍLIA

- Quase **3,5 milhões** de pessoas fora da extrema pobreza
- Redução de **16%** na mortalidade infantil
- Efeito multiplicador no **PIB**
- **Empoderamento feminino**
- Interrupção do ciclo de pobreza: **69%** deixaram o programa

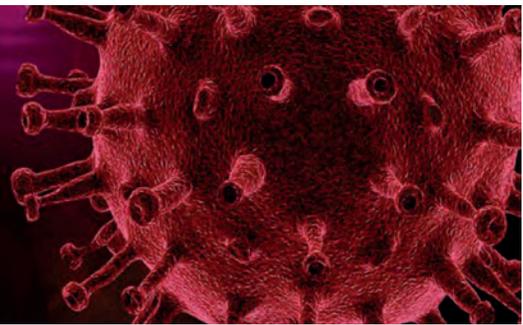


FOTO: REPRODUÇÃO.

Ciência anulada

Em mais um episódio de queda de braço com a ciência, o presidente Jair Bolsonaro anulou a condecoração da Ordem Nacional do Mérito Científico de dois cientistas brasileiros, Adele Schwartz Benzaken e Marcus Vinícius Guimarães de Lacerda, dois dias depois de assiná-la, em 3 de novembro. Outros 21 cientistas que haviam recebido a mesma condecoração recusaram a medalha em protesto ao que consideram “uma clara demonstração de perseguição a cientistas, configurando um novo passo do sistemático ataque à Ciência e Tecnologia por parte do governo vigente”.

Os dois pesquisadores que tiveram as homenagens retiradas por Bolsonaro são nomes importantes da pesquisa em saúde no Brasil. Adele Benzaken atualmente é diretora do Instituto Leônidas & Maria Deane (Fiocruz Amazônia) e foi diretora do Departamento de IST/HIV-Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde até 2019. Marcus Lacerda é coordenador do Instituto de Pesquisa Clínica Carlos Borborema, em Manaus, e coordenou o estudo CloroCovid-19, que foi pioneiro ao demonstrar que a cloroquina não era eficaz no tratamento da covid-19.

Um dos cientistas que recusou a medalha foi Cesar Victora, epidemiologista e uma das referências mundiais em estudos sobre aleitamento materno. “A homenagem oferecida por um governo federal que não apenas ignora, mas ativamente boicota as recomendações da epidemiologia e da saúde coletiva, não me parece pertinente”, escreveu em carta destinada ao ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes. Outra polêmica gerada pela condecoração foi que o decreto assinado por Bolsonaro também concedeu as medalhas da Ordem do Mérito Científico ao próprio Presidente da República, além dos ministros Marcos Pontes, Paulo Guedes (Economia), Milton Ribeiro (Educação) e Carlos França (Relações Internacionais).

Covid: outubro com menos mortes

Brasil registrou em outubro o menor número de mortes por covid-19 desde abril de 2020. Foram reportados no mês 11.075 óbitos pela doença, segundo dados do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CNN Brasil, 31/10). Com a atualização, o país soma um total de 607.824 vítimas e 21.810.855 infecções confirmadas desde o início da pandemia, em março de 2020.

A queda no número de óbitos vem sendo registrada desde junho, seguindo o avanço na vacinação. Foram distribuídas 334,9 milhões de vacinas, das quais 275,9 milhões tinham sido aplicadas, até o final de outubro. Cerca de 155,1 milhões de brasileiros já tomaram a primeira dose da vacina, o que equivale a 87,6% do público-alvo de 177 milhões de brasileiros. E mais de 120,7 milhões tomaram a segunda dose ou dose única, o que representa 68,1% da população considerada pelo Ministério da Saúde apta a se vacinar.

Doses atrasadas para 14 milhões

Cerca de 14 milhões de brasileiros podem estar com a segunda dose da vacina atrasada em mais de 15 dias, segundo edição do Boletim VigiVac da Fiocruz Bahia, divulgada em 4 de novembro. O número é o dobro do observado em 15 de setembro, quando foram registradas cerca de 7 milhões de pessoas com doses em atraso. As análises foram realizadas a partir de dados individuais anônimos fornecidos pela Campanha Nacional de Vacinação contra Covid-19, do Ministério da Saúde.

Metade dos atrasos são superiores a 30 dias e por volta de 14% são maiores que 90 dias da data prevista. O número de atrasos para a AstraZeneca é de 6.739.561; Coronavac, 4.800.920; e Pfizer, 2.557.296. O levantamento da Fiocruz Bahia acompanha o cumprimento do esquema vacinal, a fim de apoiar os gestores na identificação de municípios que precisam de suporte para acelerar a vacinação da segunda dose. Também foi mostrado que a proteção contra as novas variantes do Sars-CoV-2 é mais efetiva somente após duas doses da vacina.



Retorno às aulas com segurança

O retorno às aulas e demais atividades educacionais exige avaliação e implementação de medidas de biossegurança e vigilância em saúde, indica nova edição de nota técnica da Fiocruz, publicada em 29 de outubro, com orientações e recomendações para o retorno das atividades escolares de forma 100% presencial em cenário ainda pandêmico. Entre as observações apontadas, destacam-se soluções de ventilação em ambientes fechados para redução da transmissão do vírus; instauração de inquéritos internos para estimar a cobertura vacinal entre trabalhadores, estudantes e familiares; além de ações de sensibilização e adesão à vacinação.

Medidas para diminuir o contato entre os alunos, tais como a ampliação do número de horas de atividades e dias da semana, bem como novo planejamento para atividades de lazer, recreação e atividade física com taxas de ocupação das salas de aulas condicionadas à transmissão do vírus, também são orientações que podem compor esta nova fase. Na educação infantil, a divisão em pequenos grupos (coortes) que convivam entre si durante o dia segue indicada, uma vez que não é possível manter o distanciamento e os estudantes não estão vacinados. O uso de máscaras permanece sendo imprescindível em transportes públicos e ambientes fechados, sendo recomendado o modelo com cobertura de nariz e boca, mesmo para pessoas com esquema vacinal completo.

Máscara: hora para fim da obrigatoriedade?

O fim de outubro foi marcado por uma aparente disputa entre prefeitos sobre quem seria o primeiro a anunciar o fim da obrigatoriedade do uso de máscaras ao ar livre. Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, já era possível sair sem o equipamento de proteção desde o dia 28. O prefeito Eduardo Paes comentou que inicialmente sua intenção era liberar máscara quando o município atingisse 75% de cobertura vacinal, mas que o comitê de especialistas da prefeitura definiu a marca de 65% com base em evidências científicas. Para o prefeito, “não há condições para ouvir todos os especialistas que querem opinar”.

Integrante do Comitê Científico da Prefeitura do Rio, o infectologista Alberto Chebabo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, explicou ao G1 (28/10) que o órgão se baseou em dois critérios: que a capital estivesse em um cenário epidemiológico favorável, com menos casos graves, mortes e internações; e em estudos técnicos de outros países, como Inglaterra e Estados Unidos, que aboliram o uso do acessório com um percentual menor de vacinados.

“Qual é o problema de usar máscara um pouco mais de tempo?”, questionou o médico Drauzio Varella, em entrevista à Globonews (27/10). “Quanto tempo levamos para convencer parte da população de que a máscara protege? Agora que a maior parte das pessoas saem de casa e não se esquecem de levar a máscara, que os dados estão melhorando, deveríamos ter uma margem de segurança [antes de declarar o fim da obrigatoriedade]. Para que correr risco agora que estamos chegando ao final da pandemia?”.

COP26: ativistas pedem justiça climática

A 26ª Conferência do Clima (COP26) acontece em um momento crucial para o planeta, em que as mudanças climáticas já afetam todas as regiões da Terra, segundo o relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas, o IPCC, publicado em agosto. Cerca de 25 mil pessoas estiveram presentes na cidade de Glasgow, no Reino Unido, que se tornou palco de protestos de ativistas de todo o mundo: as mobilizações, lideradas pelo movimento Fridays for Future (ou Sextas pelo Futuro), pedem justiça climática e medidas sérias e eficazes para conter o aquecimento global. “A COP26 é um fracasso. Não podemos resolver uma crise com os mesmos métodos que nos colocaram nela”, afirmou a ativista Greta Thunberg, uma das lideranças do movimento.

Os ambientalistas criticam os chamados “acordos

voluntários”, sem soluções reais para barrar, por exemplo, o desmatamento e a emissão de gases causadores do efeito estufa. O Brasil recebeu o “prêmio” nada honroso de Fóssil da Semana, concedido pela Climate Action Network (CAN), pelo tratamento “tenebroso e inaceitável” dado aos povos indígenas. A presença da delegação de indígenas brasileiros foi a maior da história das Conferências do Clima e um dos destaques do encontro: eles chamaram atenção para o fato de que não há solução para a crise climática sem a participação dos povos originários. [Leia carta da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) na página 35]. Povos indígenas de todo o mundo emitiram um comunicado exigindo que o financiamento para a proteção das florestas chegue diretamente às comunidades tradicionais, sem intermediários, como governos e empresas.



FOTO: REYNATA CHEBEL

“Escrevo minhas próprias leituras de mundo sendo esse sujeito híbrido com pés e mãos em campos opostos, o que me exige um alongamento amplo para dar passadas de um equilibrista. Tornar evidente a minha trajetória, portanto a trajetória de um povo, é valer-se com outros propósitos da já tão pesada exposição de vida a qual fomos e somos ainda submetidos. A diferença talvez esteja em nosso próprio protagonismo, pois falar da própria história deve soar diferente de quando outros falam ou escrevem o que apenas imaginam”.

Jaider Esbell, artista macuxi que morreu em 2 de novembro, aos 41 anos (1979/2021)

STF equipara injúria racial e racismo

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por maioria, equiparar os crimes de injúria racial e racismo, de modo a considerar ambos imprescritíveis e inafiançáveis. Juridicamente, os crimes são diferentes. A injúria consiste em ofender a honra de uma pessoa se referindo à raça, cor, etnia, religião ou origem, enquanto o racismo atinge um grupo de indivíduos, discriminando toda uma raça.

A decisão do STF parte da análise do caso que envolve uma idosa de Brasília, condenada a um ano de reclusão, em 2013, por ter ofendido uma frentista com as expressões racistas. A defesa da mulher pedia prescrição do crime em razão da idade da acusada e alegava que o crime de injúria racial seria afiançável e dependeria da vontade do ofendido para ter andamento na Justiça. Assim, não poderia ser comparado ao racismo, que é inafiançável, imprescritível e não depende da atuação da vítima para que as medidas cabíveis sejam tomadas pelo Ministério Público, como esclareceu a Agência Brasil (28/10).

O caso começou a ser julgado em 2020, quando o relator, ministro Edson Fachin, defendeu em seu voto que a injúria é uma espécie de racismo, sendo imprescritível. Na ocasião, o ministro Nunes Marques abriu divergência, considerando que seriam situações jurídicas diferentes. Na retomada do



FOTO: ROBERTO PARIZOTTI.

juízo, os demais ministros votaram a favor do argumento do relator.

Em postagem em sua conta no Instagram (28/10), o ativista Tiago Amparo comemorou a decisão, mas ponderou acerca da “celebração do punitivismo”. Professor de direito internacional e direitos humanos na FGV Direito SP, ele considera que é preciso entender que o direito penal não vai acabar com o racismo e citou pesquisas que apontam “a resistência do Judiciário em ver racismo mesmo em casos evidentemente racistas como associação de pessoas negras a animais”. E problematizou: “Sem mudarmos estruturalmente a composição racial do Judiciário, sem ensinarmos juristas a melhor aplicar regras antidiscriminação e sem políticas simbólicas e redistributivas de equidade racial, não é rejeitando um HC (habeas corpus) a uma mulher de 80 anos que vai acabar o racismo no Judiciário”.



FOTO: CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS.

Envelhecer no Brasil

O Brasil é um lugar perigoso para os idosos, disse a socióloga Dalia Romero em matéria publicada (26/10) no site do Instituto de Comunicação e Informação Científica em Saúde (Icict/Fiocruz). Chefe do Laboratório de Informação em Saúde (LIS) do instituto, Dalia lembrou que o envelhecimento vai chegar mais cedo no Brasil devido à perda de qualidade de vida em geral, que já vinha acontecendo antes da pandemia. Segundo ela, o chamado gerontocídio é ocasionado pelo abandono das políticas públicas e serviços de saúde para idosos como resultado dos cortes nos investimentos em saúde e da recente reforma da previdência. “Passar fome para uma pessoa idosa que sofre com a diversas doenças e limitações é reduzir acentuadamente sua capacidade de sobrevivência”, afirmou.

Cuidar de quem cuida

Quase que na totalidade, as mulheres são as responsáveis pelo cuidado com as pessoas idosas e boa parte desse trabalho é feito de forma não remunerada e não reconhecida pela sociedade. Os dados foram trazidos pelo levantamento Cuida-Covid, lançado em 7/10, e que examinou as condições de trabalho e saúde das pessoas cuidadoras de idosos na pandemia. Segundo os resultados, em sua maioria, as cuidadoras têm mais de 50 anos, sendo que uma em cada seis cuidadoras familiares são idosas. Além disso, uma em cada três não recebe ajuda de mais ninguém para esse cuidado e somente 17% possui uma cuidadora contratada. “Ou seja, são idosos cuidando de outros idosos”, explicou Daniel Groisman, da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), que coordenou o estudo juntamente com Dalia Romero, do Icict/Fiocruz.

De acordo com a pesquisa, o tempo dedicado às atividades de cuidado também chama atenção: quase 74% das cuidadoras familiares atuam nessa função todos os dias da semana, com jornadas de oito a 12 ou mais horas. O estudo aponta para a necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas para a população idosa e suas cuidadoras e cuidadores, em diferentes âmbitos. Leia mais no Portal Fiocruz: <https://bit.ly/3qieteu>.





CPI TERMINA COM PEDIDO DE RESPONSABILIZAÇÃO

Documento aprovado por senadores recomenda indiciamento de 80 por ações e omissões, mas retira menção a genocídio indígena

A CPI da Pandemia aprovou, em 26 de outubro, seu relatório final, na véspera de completar seis meses colhendo informações e depoimentos. Nas 1.279 páginas, o documento apresentado pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL) pede o indiciamento de 78 pessoas e duas empresas por ações ou omissões no enfrentamento da covid-19, que levaram a mais de 600 mil mortes no Brasil.

CONCLUSÕES

Foram 65 sessões, com quase 370 horas de duração, transmitidas ao vivo por canais de televisão. As provas produzidas pela CPI a partir de 57 depoimentos e 4 milhões de arquivos digitais, em um total de 9,4 terabytes de espaço ocupado, revelaram que o atraso na compra de vacinas, por parte de quem

tinha o poder e o dever legal de agir, impediu que milhares de brasileiros fossem imunizados com a antecedência necessária, o que resultou na perda de milhares de vidas. Aliado a isso, segundo a comissão, não foram adotadas adequadamente pelo governo federal medidas não farmacológicas preventivas; ao contrário, estas foram criticadas e desestimuladas, enquanto se optou por dar ênfase a um tratamento precoce com medicamento comprovadamente ineficaz.

Dessa forma, indica o texto final, ainda que se leve em conta a ocorrência da pandemia como um evento da natureza que inevitavelmente contaminaria milhões de indivíduos, os atos praticados e aqueles que se deixaram de praticar pelo primeiro escalão do Ministério da Saúde e pelo chefe do Executivo Federal interferiram no curso da covid-19, a qual não teria se propagado tal como efetivamente se propagou.

POPULAÇÕES MAIS VULNERÁVEIS

“Entende-se, hoje, que a covid-19, mais do que uma pandemia, é uma sindemia, pois o perfil dos mortos e infectados não é aleatório, variando conforme condições socioeconômicas que deixam alguns segmentos demográficos mais vulneráveis do que outros”, observa o relatório da CPI. O documento reconhece que a doença atingiu mais mulheres do que homens — desde as primeiras mortes pela doença no país, de duas mulheres negras, as trabalhadoras domésticas Rosana Aparecida Urbano, de 57 anos, de São Paulo, e Cleonice Gonçalves, de 63 anos, do Rio de Janeiro. Atingiu também mais indígenas do que não indígenas. E mais negros do que brancos.

GENOCÍDIO DE POVOS INDÍGENAS

Em 19 de outubro, antes da votação do relatório final, a cúpula da CPI da Pandemia decidiu retirar do pedido de indiciamento do presidente Jair Bolsonaro a menção a crime de genocídio de indígenas. Segundo afirmou à imprensa o presidente da CPI, senador Omar Aziz (PSD-AM), “o genocídio não era consenso, não havia consenso de ninguém, entre juristas não havia consenso”. A solução para o impasse foi a menção a crime contra a humanidade.

A Lei 2.889, de 1956, configura como crime de genocídio a “intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional, étnico, racial ou religioso por meio do assassinato de seus membros, lesão grave à integridade física ou mental, e submeter intencionalmente o grupo a condições de existência capazes de ocasionar-lhes a destruição física total ou parcial”. Mas o relatório final ressalva que “nem todo massacre, morticínio ou assassinato em massa pode ser descrito como genocídio”. “O tema é sensível e, com discernimento e cautela, devemos avaliar os fatos à luz da lei e chamar cada um à devida responsabilidade”, completa.

Dossiê entregue a Omar Aziz pela deputada Joenia Wapichana (Rede/RR), coordenadora da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, em 26 de outubro, apresenta ações do Executivo que expuseram populações tradicionais a riscos de contágio pela covid-19 e situações de omissão do governo no enfrentamento da pandemia em 162 povos, resultando em 1.218 mortes de indígenas e 60.081 infecções confirmadas até então.

À *Radis*, o epidemiologista e pesquisador da Universidade Federal de Pelotas (UFPEl) Pedro Hallal, que prestou depoimento à CPI em junho no papel de coordenador do Epicovid, referência no mapeamento da doença no país (*Radis* 226), afirmou que a discussão sobre genocídio é mais técnica do que de saúde pública. “Fato é que o Brasil teve muito mais mortes do que deveria ter e, no país, os indígenas tiveram 4,7 vezes maior risco de infecção do que os brancos”, observou. “O julgamento se isso é genocídio ou não, considerando as ações e omissões do governo, cabe à área jurídica”.

PEDIDOS DE INDICIAMENTO

O relatório recomenda o indiciamento do Presidente da República, Jair Bolsonaro, por prevaricação, charlatanismo,

65 SESSÕES

370 HORAS DE DURAÇÃO

57 DEPOIMENTOS

4 MILHÕES DE ARQUIVOS DIGITAIS

epidemia com resultado de morte, infração a medidas sanitárias preventivas, emprego irregular de verba pública, incitação ao crime, falsificação de documentos particulares, crimes de responsabilidade (violação de direito social e incompatibilidade com dignidade, honra e decoro do cargo) e crimes contra a humanidade (nas modalidades extermínio, perseguição e outros atos desumanos).

Outros nomes que compõem ou compuseram o governo também foram listados para indiciamento: o atual ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello, o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Onyx Lorenzoni, o ex-ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo, o ministro-chefe da Controladoria-Geral da União, Wagner Rosário, o ministro da Defesa e ex-ministro-chefe da Casa Civil, Braga Netto, o ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde Elcio Franco, o ex-chefe da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom) Fábio Wajngarten, e o assessor especial para Assuntos Internacionais do Presidente da República, Filipe Martins.

Ainda foram aprovados pedidos de indiciamento de políticos da base governista — o senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ), os deputados Ricardo Barros (PP-PR), Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), Bia Kicis (PSL -DF), Carla Zambelli (PSL-SP), Osmar Terra (MDB-RS) e Carlos Jordy (PSL-RJ), e o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ) — e de integrantes do chamado “gabinete paralelo” — Nise Yamaguchi, Mayra Pinheiro, Paolo Zanotto, Carlos Wizard, Luciano Hang, sócios, médicos e diretor da Prevent Senior, assim como o presidente do Conselho Federal de Medicina, Mauro Ribeiro.

O único governador citado foi o do Amazonas, Wilson Lima, juntamente com seu ex-secretário de Saúde Marcellus Campêlo. Entre as empresas, aparecem Precisa (intermediária nas negociações da compra da vacina indiana Covaxin) e VTCLog (suspeita de irregularidades em contratos com o Ministério da Saúde).

PRÓXIMOS PASSOS

A CPI não tem poder de impor responsabilizações jurídicas ou mesmo políticas. O parecer da comissão foi encaminhado a diferentes órgãos públicos que, esses sim, podem avaliar medidas contra os nomes listados — Câmara dos Deputados, Polícia Federal, Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ministério Público Federal (MPF), Tribunal de Contas da União (TCU), ministérios públicos estaduais, Procuradoria-Geral da República (PGR), Defensoria Pública da União (DPU) e Tribunal Penal Internacional (TPI).





SOLIDARIEDADE

73 anos de idade, 35 de sacerdócio: uma conversa com o padre Julio Lancellotti sobre saúde, solidariedade, pandemia e comunicação

ADRIANO DE LAVOR



DANIEL KFOURI

DIVERSIDADE EM MOVIMENTO

PRIMEIRO MOMENTO

O GUERREIRO DO TEMPO COMUM

Dia quente de primavera, aproveito o sinal de trânsito vermelho e atravesso a rua Taquari em direção ao boteco que fica na esquina com a Sapucaia. São 8 e meia da manhã da última quinta-feira de setembro no bairro da Mooca, Zona Leste de São Paulo. Cheguei cedo para a entrevista marcada com o padre Julio Lancellotti, talvez reflexo da ansiedade que antecede o encontro, há muito planejado.

Aproveito o tempo de espera para tomar um café. Enquanto aguardo esfriar o copo que me é servido no balcão, observo a fachada simples da Igreja de São Miguel Arcanjo, onde vou encontrá-lo, daqui a pouco. Nas poucas mesas ocupadas, dois rapazes assistem desinteressados à televisão, enquanto três senhores conversam, entre uma mordida e outra no salgado, sobre o resultado de algum jogo de futebol.

Raios de sol incidem sobre o vitral redondo da igreja, pintada de amarelo. No dia anterior estava cheia, ouço os três comentarem, referindo-se à comemoração em homenagem ao padroeiro da paróquia. Segundo a tradição católica, anglicana e luterana, dia 29 de setembro é dia do Arcanjo Miguel, padroeiro da paróquia onde o padre recebe parte dos fiéis que o acompanham. Durante a pandemia, ele não parou de celebrar missas, algumas transmitidas no site oficial da paróquia (<https://bit.ly/305V6dw>).

O tradicional café da manhã que lá era oferecido teve que ser transferido para um lugar maior, dado o aumento do número de pessoas que procuravam a garantia de pelo menos uma refeição no seu dia. A atuação do padre no período de distanciamento social o fez ficar mais conhecido para além das fronteiras da cidade e ganhar seguidores nas redes sociais. Somente no Instagram sua conta já é seguida por quase 900 mil pessoas.

DANIEL FOUR



Naquele dia, a calma que cercava a igreja e o entorno, no entanto, não deixava entrever que ali atuava um dos religiosos que mobiliza milhares de pessoas a partir do discurso da solidariedade. Penso na conexão entre o sacerdote e o santo Miguel, considerado um guerreiro espiritual e protetor dos doentes e dos aflitos em meio ao silêncio respeitoso, apenas entrecortado pelo som das folhas movimentadas pelo vento — ou pela campainha de metal que anunciava mais um pedido a caminho do cliente, naquele pouco movimentado bar.

Do outro lado da rua, descansavam sob o sol, nas paredes externas da igreja, grafites que retratam padre Julio em ação. Ao seu lado, o coração rodeado de espinhos — que representa Jesus Cristo, na imagética católica — lembra as dificuldades enfrentadas por quem faz a opção pelos pobres. Retorno à igreja e encontro apenas uma moça rezando, que delicadamente me pede indicações de como chegar ao metrô. Bancos ainda interditados e dispensadores de álcool em gel lembram que ainda estamos numa pandemia.

No altar, chamam a atenção duas placas: “Aqui se entra para amar a Deus; daqui se sai para amar o próximo”. Penso na homilia transmitida pelo padre no domingo anterior, e

vejo a coerência dos dizeres com aquilo que dizia: Devemos cuidar dos “microscópicos” e dos “descartáveis”. As flores frescas em homenagem ao santo perfumam o ambiente enquanto dona Roseli organiza a sacristia. “Ele já deve estar chegando, meu filho”, me diz. No portão, duas outras pessoas também aguardam o sacerdote: uma delas acaricia a cabeça de um cachorro.

São nove horas da manhã, horário combinado para a entrevista, quando o padre dobra a esquina e entra no pequeno pátio que une a sacristia à entrada lateral da igreja. A imagem é a mesma compartilhada nas redes sociais. Ele empurra um carrinho de compras vazio, usa calça jeans, sandálias de couro, avental amarelo sobreposto por um jaleco branco, máscara rosa com filtros de respiração.

Ele chega seguido de mais de uma dezena de pessoas, gente de todo o tipo. Uma mulher jovem, com criança no colo, pede a bênção; um rapaz insiste que precisa de uma camisa; um grupo maior oferece ao padre um livro recém-escrito; o rapaz com cachorro pergunta sobre doações; um outro grupo onde estão frades pede para fazer uma foto, enquanto uma senhora indaga onde pode descarregar as cestas básicas que trouxe em seu carro.

Padre Julio atende a cada um com cuidado, mas é enérgico nas respostas aos apelos. Explica que não tem mais a tal camisa — na verdade um moletom que havia sido distribuído nos dias frios do fim de inverno —, que ali ele não tem alimentos para doar ou ainda que não sabe quando vai ter novamente sacolas. “Para te dar o que você me pede, eu preciso ter o que você me pede. E eu não sei quando eu vou ter”, repete, com altivez e carinho.

Seu dia não havia começado ali. Como em todos os outros, ele já vinha do Núcleo de Convivência São Martinho de Lima, conveniado com a prefeitura, onde funciona a ONG Bompar, lugar onde o padre distribui diariamente alimentos, kits de higiene e roupas, no café da manhã. Por isso o carrinho de compras que trazia vinha vazio. São muitas demandas e ele tenta administrar todas. Ao seu lado, um grupo pequeno se desdobra para ajudá-lo. Naquele dia, estavam ali, além de Roseli, da sacristia, Paulo, Daniel, André e Gabriel.

O chileno Paulo Escobar é sociólogo e acompanha o padre Julio há mais de 20 anos. Eles se conheceram quando atuavam na assistência às pessoas usuárias de drogas que viviam no Centro de São Paulo, na região que ficou conhecida como Cracolândia (*Radis* 178); o fotógrafo Daniel Kfoury registra a rotina do padre — boa parte das imagens postadas nas redes sociais de padre Julio são dele, e parte das fotografias que ilustram esse relato, também — e é ativista em diferentes projetos sociais. Os rapazes André Alexandre e Gabriel Bruno são seus escudeiros. Recebem doações, carregam caixas, atendem pedidos. Sempre com sorriso no rosto.

Gabriel me conta que havia saído da casa dos pais pouco antes de a pandemia começar. Havia trabalhado como lavador de ônibus e funileiro, mas estava desempregado. Naquele momento, sem alternativas, foi viver nas ruas, onde conheceu André; ao se encontrarem com padre Julio, ambos decidiram se voluntariar para ajudá-lo, mesmo sem remuneração. Tempo depois, conseguiram,



graças ao padre, um teto para morar. Sobrevivem de doações e “bicos”, quando aparecem, distribuindo panfletos, recolhendo materiais recicláveis. Agora, planejam juntar dinheiro “para comprar uns panos e vender no farol”. “Graças ao padre conseguimos um teto, e isso já é muita coisa”, me diz.

André lembra que viu o padre pela primeira vez quando ele distribuía café às pessoas em situação de rua. Ele era uma delas. Foi parar nas ruas para fugir da perseguição do namorado policial de sua antiga esposa, no litoral paulista. Chegou a São Paulo “com a cara e a coragem”. Hoje, além de teto para morar, ele se orgulha em poder ajudar a oferecer o café que um dia confortou seu estômago. Voluntário, se vira como dá, como o amigo Gabriel. “Eu não chamo nem ele de padre, chamo de pai”, revela, sem disfarçar a importância da convivência com padre Julio.

Apresento-me como repórter da *Radis* e padre Julio me pede para esperar. São muitas as prioridades, explica, e logo terá outro compromisso a cumprir. Sento-me em um dos bancos e aguardo, observando o grupo que acompanha o autor do livro a fazer fotos. O sacerdote logo está ao meu lado e convida um rapaz para acompanhar a conversa. José Vitor Costa Macedo, 26 anos, é estudante de Neurociências na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e saiu de Natal em uma viagem que atende a uma busca existencial e espiritual. Ele explica que veio ao encontro do padre por ele ser um líder que está em sintonia com o que acredita. “Ele dá voz às pessoas invisíveis na sociedade”.

A entrevista começa (leia na página 12) e é muitas vezes interrompida; cada resposta dada, direta, curta e objetiva, é pronunciada em voz alta, de modo que chegue aos ouvidos de quem está ao redor; ele tem um olho no relógio, outro nas pessoas que não param de chegar e sair. A conversa vai findando, momento em que ele troca de máscara e sobe ao altar para que eu faça fotos. Comenta que acompanha com interesse o trabalho realizado pela Fiocruz, durante a pandemia, e registra sua admiração pela pesquisadora Margareth Dalcolmo (*Radis* 221): “Ela é uma heroína, né?”

O silêncio vai voltando a ocupar seu espaço à medida que as pessoas vão saindo, os portões vão sendo fechados e padre Julio vai se preparando para o compromisso seguinte, que me parece inusitado: a inauguração de um grande supermercado, na mesma quadra da igreja. Antes da saída, uma paroquiana chega com mais doações, prontamente guardadas na sacristia por André e Gabriel. Sem desanimar, ele convida a todos que ainda estão ali para que o acompanhem.

Logo está de novo nas ruas, lugar onde consolidou o perfil que atrai tantos seguidores no mundo laico, sem perder a conexão com o mundo espiritual. De novo me vêm à cabeça palavras suas, quando explicou que, diferente do tempo da Páscoa ou do Advento, o “tempo comum” inspira os fiéis a ter coragem para dar seguimento aos ensinamentos de Cristo — o mesmo “Jesus das ruas” que está grafado no título do livro em que estão registradas conversas entre ele e Paulo, seu companheiro de jornada.



ENTREVISTA | PADRE JULIO I

“NÃO É
POSSÍVEL
CUIDAR
DA SAÚDE
EM UM
MUNDO
DOENTE”



LANCELOTTI

Padre Júlio comemora com os irmãos de rua o prêmio da Urbanidade, que recebeu da Associação Paulista dos Críticos de Arte (APCA), em 2020

DANIEL KFOURI

Há 35 anos ele abraçou a missão de levar a fé às ruas, sempre ao lado das pessoas em situação de vulnerabilidade. Prestes a completar 73 anos de idade [o aniversário é dia 27 de dezembro], padre Julio Renato Lancellotti é vigário episcopal para a população de rua da Arquidiocese de São Paulo e pároco na igreja de São Miguel Arcanjo, bairro da Mooca, região leste da capital. Um dos líderes religiosos mais atuantes no campo social, seu trabalho ganhou notoriedade nacional durante a pandemia de covid-19, quando quebrou a marretadas pedras instaladas pela prefeitura de São Paulo sob viadutos que serviam de moradia para pessoas sem moradia.

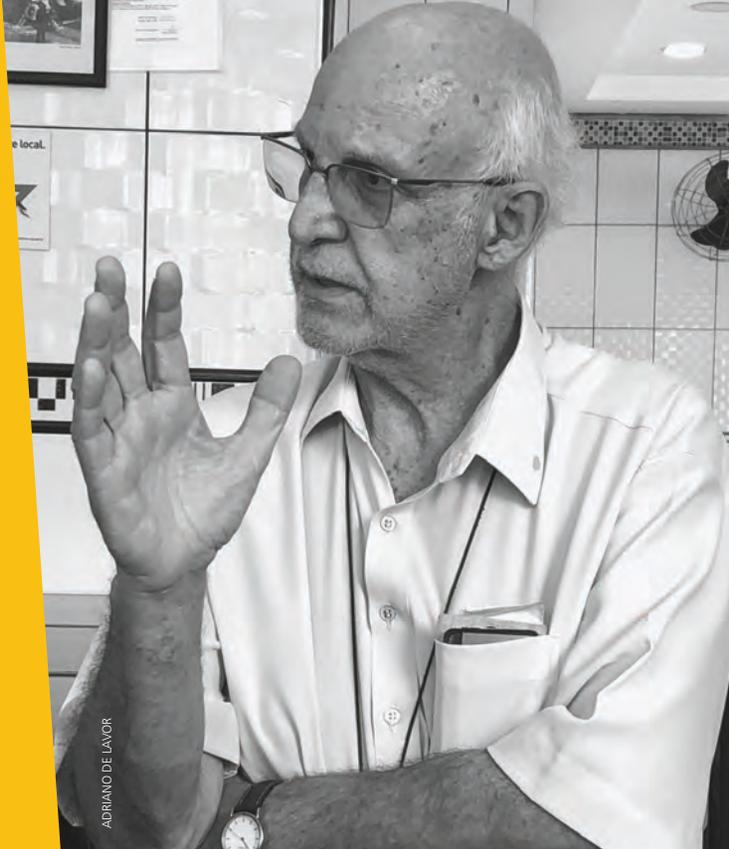
Agraciado nos últimos meses com o prêmio Zilda Arns, de Direitos Humanos de 2021, concedido em agosto pela Câmara dos Deputados, e com o Colar de Honra ao Mérito, a mais alta honraria da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), em novembro, padre Julio nunca buscou holofotes ou reconhecimento. No dia em que concedeu esta entrevista à *Radis*, no fim do mês de setembro, foi enfático em descartar qualquer interesse ou projeto relacionado ao poder — “Se tem alguma coisa que eu não aspiro é o poder. Nenhum tipo de poder, nem o eclesiástico” — ao seguir sua rotina de articulação em defesa dos mais vulneráveis e acolhimento dos que precisam de um prato de comida, um teto para viver, um olhar de atenção.

Nascido no bairro do Brás, filho de pai comerciante e mãe secretária, não é de hoje que padre Julio não se deixa envolver em polêmicas e segue firme no propósito de acolher quem precisa, mesmo nos dias em que o risco da pandemia exigia estratégias de distanciamento social. “Regras sanitárias não significam incomunicabilidade. E não significam o desconhecimento do outro, a negação do outro”, declarou nesta entrevista, em que também destacou a importância da comunicação e da humanização nas ações de saúde e criticou a solidão que acompanha o uso das redes sociais.

Teólogo, educador e técnico em Enfermagem por formação, foi um dos fundadores dos grupos da Pastoral da Criança e colaborou na formulação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Desde que se ordenou padre, em 1985, atua junto a adolescentes em conflito com a lei, detentos em liberdade assistida, pessoas com HIV/aids e populações de baixa renda e em situação de rua. Nos anos 1990, fundou casas de apoio para crianças que vivem com HIV e atuou diretamente na assistência às pessoas que viviam na região conhecida como Cracolândia, no Centro da Cidade.

Ativo e ativista na defesa do respeito às diferenças e da celebração da diversidade, ele defendeu uma formação menos positivista e mais integral para profissionais de saúde, chamou atenção para os riscos de uma “espiritualidade alienante” e mostrou o poder da inclusão e da interlocução para construir

“ Nós estamos vivendo um massacre. E cada um, à sua maneira e como pode, tem que tentar resistir ao massacre. ”



uma realidade mais justa e saudável: “A gente tem que aprender a conviver com a diversidade e a pluralidade, sem querer destruir ninguém”.

Padre, em uma homilia recente, o senhor comentou uma passagem da Bíblia que fala dos “microscópicos, dos descartáveis, das pessoas que ninguém vê”. O senhor tem um histórico de trabalho com as populações invisíveis. Como é trabalhar com os microscópicos de hoje?

É ser desvalorizado, também. É entrar na mesma lógica. Se você está do lado dos descartados, você vai ser descartado também.

E qual a contribuição que os profissionais de saúde podem dar para mudar este cenário?

A contribuição que todos podem dar, e não há algo específico que cada um possa dar, é que todos temos que resistir ao massacre. Nós estamos vivendo um massacre. E cada um, à sua maneira e como pode, tem que tentar resistir ao massacre.

Quais são os impactos desse massacre na saúde das pessoas que vivem em situação de rua?

Acho que aumenta o sofrimento mental, aumenta a distorção de percepção. Uma das coisas que mais me chama a atenção é aquilo que a [escritora] Simone de Beauvoir já falava: “Os opressores não teriam tanto poder se não tivessem tantos cúmplices entre os oprimidos”. E o que depois o Paulo Freire coloca: “Se você não tem uma educação libertadora, o sonho do oprimido é ser opressor”. A população de rua é atingida pela mesma ideologia dominante. Então eles também reproduzem a mesma forma de pensar. O fato de você ser da rua não significa que você tenha um pensamento libertário. Na rua também tem “terra-planista”, na rua também tem negacionista, e eles também vão encontrando os diversos expedientes da lógica neoliberal para agir. Eles também

querem acumular, eles também querem ter vantagens, como todo mundo. Eles não são imunes à forma dominante de pensamento. Eles são invisíveis, dependendo do momento, mas há momentos em que são extremamente visíveis: quando eles estão perturbando.

Essa é uma estratégia de chamar atenção para si?

Não só isso. A sociedade não os vê porque a percepção é seletiva. Você só percebe aquilo que quer. Ou você percebe segundo a sua forma de percepção. Então a percepção dos grupos sociais, se eles estão sofrendo, mas não estão incomodando, não importa. Se ele está com fome, mas está lá no buraco onde ele mora e eu não estou vendo, então não importa. Mas se eu vejo, importa.

Diante deste cenário, como o senhor avalia a atuação da Saúde?

Nós padecemos de um grande mal, que é a compartimentalização da saúde. Se a pessoa está com um problema em determinada especialidade, o profissional não é capaz de vê-la como um todo. Esse é um problema geral da Saúde, que atinge todos, as pessoas de rua também. Então o que acontece é que elas vão ser atendidas por um profissional daquela especialidade, mas o sofrimento delas, na totalidade, não é somente cardíaco, ou renal, ou ortopédico; o sofrimento está na existência delas. Então o profissional não olha para a existência da pessoa, olha para aquela área que trabalha. Assistente social vai ver uma área, psicólogo outra, médico outra. Ele, inteiro, quem vai ver? É um problema geral, mas que na população de rua se agudiza mais.

O senhor tem formação nas áreas de Saúde e de Educação. Como essa trajetória lhe ajudou a se sensibilizar para as causas com as quais trabalha hoje?

A grande questão é ver a totalidade da pessoa. Nenhuma

pessoa é uma coisa só. Ou: ninguém é um problema só. Na população de rua, por exemplo, o pessoal acha que se tiver emprego vai resolver o problema. Não é uma verdade absoluta para todos. “Ah, se tivesse moradia resolveria!” Também não é uma verdade absoluta. A gente vive o mundo do individualismo, do subjetivismo, mas é do “meu” subjetivismo, do “meu” individualismo. Eu não aplico isso para os outros. Falta pensar: Qual é a percepção que ele tem de mim? Eu sei qual é a percepção que tenho dele, mas dificilmente eu faço um exercício para saber qual é a percepção que ele tem de mim.

Falta escuta?

Isso é geral! Saiu um livro recentemente, que recebi ontem, que fala da solidão. A gente nunca viveu tanto em massa e tão solitário. A solidão na rua é ainda mais grave. Em todas as atividades que a gente faz, a gente busca mais que entregar o pão; não é somente porque esse pão vai matar a fome da pessoa, mas porque entregar o pão é um instrumento de quebra da incomunicabilidade. Você entrega o pão e olha para a pessoa. E a pessoa te vê, também. Então há uma interação. Você viu aqui que eu não estava entregando nada.

Mas eles fizeram uma interação comigo. Quem é que interage com uma pessoa de rua? Quando acontece, é uma interação muito pragmática. Eu vou falar com você porque você vai tirar documento ou ter uma consulta. Eu não falo com você porque você é uma pessoa e quero conversar.

O senhor considera então que a comunicação é essencial para a garantia do direito à saúde?

A comunicação é essencial em todos os sentidos. Para comunicar sentimentos, emoções. Como a população de rua comunica a dor? A dor não é só física, é uma dor existencial. Se eu vou a um médico com dor de estômago, ele só pergunta do meu estômago, mas não investiga por que será que meu estômago não vai bem.

Falta uma formação mais integral para os profissionais de saúde?

Hoje a formação dos profissionais é muito positivista, aliás, a educação brasileira é muito positivista. Em todas as áreas. Você vê na área médica: as pessoas vão para especialidades, mas não tem ninguém especialista em ser humano. Tem



DANIEL KFOURI

especialista no pé do ser humano, na cabeça, na mão, no olho, no ouvido, na bexiga, mas não tem ninguém especialista no ser humano. Seria quem? O psiquiatra? O psicólogo?

O senhor acredita que a espiritualidade pode cumprir este papel?

A gente quando fala de espiritualidade precisa saber do que está falando, porque existe muita espiritualidade alienante, também. O ateu pode ter uma espiritualidade, o humanista pode olhar para o ser humano e vê-lo inteiro. Há profissionais que fazem isso, por sua própria forma de ser, mas não por ofício.

De que maneira a pandemia de covid-19 agudizou todas estas questões?

O que a gente viu é que a pandemia, num primeiro momento, gerou muito medo. E esse medo imobilizou as pessoas. Por exemplo: ontem houve a festa de São Miguel aqui. E vieram muitas pessoas que eu não via desde o início da pandemia. Eu percebi o quanto estas pessoas estão sofridas, envelhecidas, descuidadas. Elas estão muito marcadas pelo isolamento, pela solidão, pela não interação.

Como equilibrar o distanciamento social e as demais regras sanitárias com o cuidado com a saúde?

O distanciamento e as regras sanitárias não significam incomunicabilidade. E não significam o desconhecimento do outro. Não significam a negação do outro.

O senhor falou sobre a incomunicabilidade, sobre o fato de que nunca estivemos tão conectados e tão distantes uns dos outros. O senhor mantém no Instagram uma conta com milhares de seguidores. Como o senhor avalia o potencial destas redes tecnológicas de comunicação?

As redes sociais são como uma faca, que serve para descascar uma fruta, mas também serve para ferir os outros. Depende de como você usa. Muita gente usa as redes sociais para me ferir; eu procuro não vigiar a rede social de ninguém, não fazer polêmica. Eu não fico vendo o que cada um pensa para xingar, mas tem gente que se dedica a isso. Tem gente que entra na transmissão da missa para me xingar. Então acho que é uma questão de vontade. Se você vai dar uma palestra e eu não me interesso pelo assunto, eu não vou entrar na sua palestra. E não vou ficar xingando você por pensar daquele jeito. Isso não é comunicar. Isso é uma negação do outro e é uma estratégia da retórica do ódio, que é desqualificar o interlocutor. Ao invés de discutir o conteúdo, eu discuto e desqualifico a pessoa. “Ah, você é um comunista”; “você é um herege”; “você é um louco”.

De que modo o exemplo de São Miguel Arcanjo o inspira para continuar na luta por uma sociedade mais justa e saudável?

Ele me dá inspiração para lutar desarmado, para lutar sem a lógica da arma e da destruição. A frase “combater o mal” é muito dura, a gente tem que aprender a conviver com a diversidade e a pluralidade, sem querer destruir ninguém.

O senhor já disse que “não luta para ganhar, mas para



“ Se você está do lado dos descartados, você vai ser descartado também. ”

ser fiel”. Como o senhor cuida da própria saúde?

Depende do que entendemos por cuidar. [Risos] Às vezes o autocuidado pode ser um fechamento. Eu não vou ter boa saúde enquanto as pessoas com quem me relaciono estão sofrendo. Eu sou atingido muito pela dor, pelo sofrimento. Eu procurei, durante a pandemia, aprender a ler o olhar das pessoas. Vejo olhares extremamente sofridos, então não é possível cuidar da saúde em um mundo doente. Você não vai se sentir são caso o mundo continue doente.

Cuidar da saúde então é um sacerdócio?

É uma relação de humanização. O povo da rua não vai ter saúde, por exemplo, se não tiver onde morar, se não tiver um lugar onde se sinta acolhido, se não tiver alimentação e, principalmente, se não tiver autonomia. Nós vivemos uma estrutura de enlouquecimento, que está nos matando. Temos que lutar contra isso.



SEGUNDO MOMENTO

O ARCANJO DAS CONEXÕES IMPROVÁVEIS

Converso com o sociólogo, ativista e escritor Paulo Escobar, autor de *O Jesus das ruas* na trajetória do padre Julio Lancellotti (Córrego Editora), sobre sua relação com a personagem de seu livro e a razão de estar ali. Estamos em frente a um grande supermercado, que está sendo inaugurado na rua Taquari, a poucos metros da igreja onde atua seu interlocutor. Ao nosso redor, uma pequena multidão de moradores aguarda o corte da fita inaugural e a fala de padre Julio, enquanto provam guloseimas e aguardam brindes. Crianças se divertem com coloridos chumaços de algodão doce e artistas fantasiados de heróis de filmes de ação.

No estacionamento, um pouco afastados da temerosa possibilidade de aglomeração, Paulo me conta que nasceu no Chile e chegou ao Brasil ainda criança acompanhando o pai, ativista que fugia da ditadura de Augusto Pinochet. As dificuldades do exílio o tornaram sensível para as questões sociais e, desde cedo, ele passou a dar assistência ao “povo da rua”, como prefere dizer. Foi em um destes “corres” que ele conheceu padre Julio, quando juntos distribuíam alimentos e roupas, orientavam sobre a saúde e acompanhavam operações policiais na região da Cracolândia.

Uma parceria que não rendeu somente um livro, mas se transformou em uma missão. Juntos, hoje eles também trabalham em outros pontos da cidade, como na ocupação no viaduto Alcântara Machado, também no bairro da Mooca. Autor de outros cinco livros, incluindo *Os mais pobres* e *a pandemia – contos e crônicas da rua durante o vírus* (Editora Córrego, disponível gratuitamente em <https://bit.ly/3q78s48>),

ele salienta que o trabalho do padre nem sempre foi visível ou recebeu apoio.

“A pandemia gerou uma maior visibilidade para o corre do dia a dia, potencializou a solidariedade, que já começou inclusive a diminuir”, afirma. Ele lamenta que nas redes sociais as pessoas só vejam e se interessem pela “parte linda do rolê”, mas fala comigo sem perder de vista padre Julio, que acaba de fazer um pequeno discurso pós-corte da fita inaugural. Ele comenta: “Acho louco as pessoas te elogiarem e te seguirem no Instagram simplesmente por você ser humano”.

Neste momento, padre Julio está abraçado com o artista que interpreta um “transformer” — personagem de uma série de filmes inspirado em um brinquedo que mistura carro e robô — já saindo do estacionamento. Paulo me chama para acompanhá-lo. “Precisamos ficar de olho, esta semana a gente achou que ele ia desmaiar”, me diz, já a caminho do bar — onde o padre havia marcado encontro com um grupo de advogados, o pessoal que mais cedo ofereceu a ele um livro. O autor estava ansioso para conversar sobre sua obra. Padre Julio entra no bar e logo o autor pede uma salva de palmas. Todos levantam e o cumprimentam, ele aceita tomar um chá. Faz questão que todos nós sejamos incluídos à mesa e recomenda que todos aproveitem para lanchar.

São 10 e meia da manhã e o boteco em frente à igreja de São Miguel Arcanjo está movimentado. Padre Julio se acomoda à grande mesa, onde o grupo o espera, animado. “Padre, o senhor está muito bem, eu imaginava o senhor uma pessoa bem mais velha! Mas o senhor está aí, magrinho, elegante”,

diz um deles. Bem-humorado, o sacerdote responde: “Mas eu sou velho mesmo! Vou fazer 73 anos daqui a dois meses!”

A conversa segue nas próximas horas, com pausas para fotos e goles de café. No tempo em que ficou com o grupo, padre Julio falou um pouco da sua relação com a política e os políticos e descartou a sugestão de pleitear uma posição no Legislativo: “Não quero! Quem entra lá, entra na máquina. Além disso, se tem alguma coisa que eu não aspiro é o poder. Nenhum tipo de poder, nem o eclesialístico”, refuta, convicto. Ele critica o modelo econômico liberal e cita o escritor uruguaio Eduardo Galeano (1940-2015), quando ele criticou a política argentina: “O poder é como o violino. Você pega com a esquerda, mas toca com a direita”. “No fundo eu acho que a nossa estrutura política é viciada”, comentou.

“Padre Julio é o único no Brasil que dá a cara a tapa em prol das vidas LGBTI”, diz um dos rapazes à mesa. O sacerdote observa que há outros, e salienta que é preciso cuidado ao tratar desta questão, ainda tabu no âmbito da Igreja Católica. Ele citou dois episódios em que foi bastante criticado por posturas públicas que assumiu. A primeira delas foi defender a ativista transexual Viviany Belebony, quando fez uma performance em que simulava estar crucificada, durante a 19ª Parada LGBTQIA+ de São Paulo, em 2015. “Eu fui o primeiro a defendê-la”, lembrou.

Anos depois, ele e o pastor evangélico José Barbosa Júnior também foram duramente criticados por terem convidado a mesma artista a participar da cerimônia do lava-pés, na Páscoa de 2018, como forma de manifestar humildade e pedir a ela desculpas pelas ameaças e ofensas que sofreu. “Ainda há muita resistência dentro da Igreja”, observou, mesmo reconhecendo os avanços recentes sinalizados pelo papa Francisco. De todo modo, ressaltou a importância em discutir o assunto, já que hoje já começam a aparecer crianças, filhas de casais homoafetivos, para serem batizadas ou preparadas para a primeira eucaristia. “Hoje o direito civil está mais avançado que o direito canônico”, assinalou.

O grupo requer mais uma foto, padre Julio se certifica que todos comeram e se prepara para deixar o bar, não sem antes defender uma solução prática para as pessoas que vivem em situação de rua: a locação social. “É a experiência que o André está vivendo. Uma pessoa que veio nos visitar se comprometeu em pagar, durante um ano, o aluguel de um grupo: André, Gabriel e Denis”, conta. Pergunto como funciona a locação social. Ele me explica que o sistema consiste em ceder imóveis vazios em troca de um aluguel que corresponda a 10% da renda que o locador pode gerar. “Não



dá o direito de propriedade, mas dá o direito de morar. Isso já existe em São Paulo e funciona muito bem”, assegura, não sem antes advertir os dois rapazes. Lembra que a cada dia está mais perto do momento em que não terão mais ajuda nas despesas com moradia. “Precisam estar preparados”.

O padre se despede das pessoas, atravessa a rua e volta à igreja, onde mais uma vez um pequeno grupo o espera. Recebe mais uma doação, despede-se de André e Gabriel e me pergunta para onde irei, naquele momento. “Vou conhecer a ocupação Alcântara com o Paulo”, respondo, recebendo de volta o sorriso que me certifica que terei em breve muitas histórias para contar.

Pede para que eu o espere porque iremos juntos até a estação de metrô. Revejo as minhas anotações e percebo quantas pessoas e quantos mundos ele é capaz de conectar, sempre a partir da solidariedade. Talvez seja mesmo a inspiração no Arcanjo Miguel, considerado mensageiro de Deus, que o impulse a usar a comunicação para colocar em prática o que preconiza a doutrina que professa. Mais uma vez, aguardo para segui-lo.

TERCEIRO MOMENTO

O MENSAGEIRO DOS QUE SÃO INVISÍVEIS

“Qual o livro do Galeano você mais gosta?” me pergunta padre Julio, na caminhada que fazemos juntos em direção à estação do Metrô da Mooca. O livro dos abraços e a trilogia Memória do fogo, respondo, observando aquele senhor de boné, bolsa à mão esquerda, bengala à direita, cuja vitalidade

faria muita gente jovem invejar. São uma e meia da tarde e ele segue firme, conversando, orientando, cumprimentando as pessoas na rua, fazendo observações sobre as pessoas com quem trabalha, rindo de antigas histórias e de outras, não tão antigas assim.



DANIEL KFOURI

Conta-me que no fim dos anos 1980 teve o privilégio de conhecer o escritor uruguaio, numa viagem que fez pela América Latina, a convite do Unicef. O roteiro incluía Guatemala, Panamá e El Salvador, mas foi na Casa das Américas, em Havana, que teve a oportunidade de ver ao vivo uma conferência de Galeano. O padre me contou o quanto achou bonito o relato que ouviu do escritor, ao narrar a história de um povoado chamado Salvador Allende (presidente chileno deposto em 1973 pela ditadura de Augusto Pinochet, tio da escritora Isabel Allende).

“Ele conta essa história em um vídeo no YouTube”, lembrou Paulo. Segundo a narrativa, havia nas montanhas mexicanas de Nayarit uma comunidade de indígenas huichol que não tinha nome. Havia séculos que o procuravam e um dia, por acaso, um de seus habitantes, Carlos González, o encontrou. Em uma ida à cidade, conta o escritor, o indígena achou no lixo um livro que falava de um país de nome estranho, que ele nunca ouvira falar, e contava a história de um homem que soube cumprir a sua palavra.

Ao chegar à aldeia, Carlos anunciou sua descoberta e leu o livro em voz alta para todos. Ao fim da leitura, todas as famílias concordaram com o batismo do lugarejo. “Agora eles têm um nome. Esta comunidade leva o nome de um homem digno que não hesitou em escolher entre a traição e a morte. ‘Vamos a Salvador Allende’, dizem agora os caminhantes”, concluiu o escritor, no vídeo indicado por Paulo. [O vídeo pode ser assistido na íntegra em <https://bit.ly/3bH0XbY>].

A nossa caminhada continua e padre Julio segue falando da admiração por Galeano, pelo educador Paulo Freire e pelo escritor Ariano Suassuna. Cumprimenta um, acena para outro e ri das histórias que Paulo e Daniel contam sobre um amigo que têm em comum. Testemunho ali, na prática, a simplicidade descompromissada de um homem que há muito firmou compromisso com a vida. Um homem que, em silêncio, vem levando

conforto aos desafortunados e lutando pela garantia dos direitos daqueles que a sociedade finge não ver. Um homem que luta pela vida do homem; um homem que não hesitou em escolher estar do lado dos mais fracos.

Lembro de sua formação e de sua trajetória, sempre pautada pela defesa dos desafortunados, e aprimorada com os estudos de Teologia, de Pedagogia, de técnicas de Enfermagem e pela vivência com grupos que têm em comum a invisibilidade: adolescentes em conflito com a lei, detentos em liberdade assistida, pessoas que vivem com HIV/aids e populações de baixa renda e em situação de rua.

Uma trajetória que, se também foi marcada por incompreensões e polêmicas midiáticas, não o impediu de fundar casas de apoio para crianças com HIV, no começo dos anos 1990, ou acolher de braços abertos a missão de vigário episcopal do Povo da Rua da Arquidiocese de São Paulo — responsável por vários projetos municipais de atendimento à população em situação de vulnerabilidade, como o programa “A Gente na Rua”, formado por agentes comunitários de saúde e ex-moradores de rua.

Chegando a um ponto do nosso trajeto, despeço-me do padre, que segue para sua casa de táxi, e acompanho seus amigos à estação de metrô, a caminho de outra pauta — a Ocupação Alcântara Machado, cuja história vamos contar em breve, aqui na *Radis*. Já à espera do trem que nos levará até lá, no terminal de passageiros, vejo uma senhora vestida com roupas muito humildes e olhar triste a carregar uma criança no colo e me dou conta de que nunca mais olharei do mesmo modo o sofrimento do outro.

A porta do vagão se abre, perco a mulher e a criança de vista e me distraio com a multidão, quando me vem à mente a imagem do Arcanjo Miguel, espada na mão, a perpetuar, feito ícone, a eterna luta do bem contra o mal. Ou dos homens contra a injustiça, penso eu. 



POBREZA

MENSTRUAL

Uma conversa sobre dignidade de mulheres e violação de direitos com a oficial para Saúde Sexual e Reprodutiva do Fundo de População da ONU, Anna Cunha

ANA CLÁUDIA PERES

Pode parecer difícil de imaginar, mas na falta de absorvente higiênico, há quem precise usar miolo de pão durante o período do mês em que está menstruada. Também jornal ou papelão, uma meia, sacolas de plástico, pedaços de tecido, papel higiênico, entre outros métodos nada recomendáveis. Os relatos existem em abundância e ganharam mais visibilidade na imprensa depois que o presidente Jair Bolsonaro vetou (7/10) parte do Programa de Proteção e Promoção de Saúde Menstrual, justamente os artigos que previam a distribuição gratuita de absorventes a estudantes de escolas públicas e pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Desde 2014, a Organização das Nações Unidas (ONU) considera a higiene menstrual um direito e uma questão de saúde pública. No Brasil, segundo estudo da plataforma Girls up, uma em cada quatro adolescentes não tem acesso a absorvente. Mas estima-se que uma parcela ainda maior sofra com a pobreza menstrual — um conceito que não se resume à falta de recursos para itens de higiene, passa por saneamento básico e educação e atinge diretamente famílias que estão em condição de pobreza, estudantes, meninas e mulheres em situação de rua ou em privação de

liberdade, além de homens trans que também menstruam.

Lançado em maio pelo Fundo de População das Nações Unidas (Unfpa) e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o relatório “Pobreza menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos” aponta que 713 mil meninas vivem em casas que não têm banheiro, chuveiro e sanitários e mais de 4 milhões não conseguem acessar minimamente cuidados menstruais nas escolas — cerca de 321 mil estudantes sequer têm banheiros em condições de uso. “A pobreza menstrual é uma questão econômica, mas também social e política”, diz Anna Cunha, oficial para Saúde Sexual e Reprodutiva do Fundo de População da ONU, Anna Cunha, com quem *Radis* conversou no final de outubro.

Nesta entrevista, ela analisa os dados do relatório e demonstra as consequências da menstruação vivida em condições de pobreza e não-dignidade, o que pode comprometer aspectos que vão desde a educação até a saúde sexual, reprodutiva e psíquica. Anna Cunha também aponta caminhos para enfrentar a pobreza menstrual no Brasil — algo que se faz com políticas públicas, ela reforça — e explica por que é urgente desconstruir tabus em torno da menstruação para que o tema possa ser abordado com informação e embasamento científico. Confira:

O que significa exatamente a pobreza menstrual?

A gente tem uma perspectiva ampla do que seja pobreza menstrual. Ela é um fenômeno multidimensional que vai desde falta de acesso a recursos de higiene menstrual até infraestrutura precária e falta de conhecimento, por parte de mulheres e meninas, para tudo o que envolve o cuidado relacionado à própria menstruação. A pobreza menstrual não se resume apenas a uma questão econômica. Envolve acesso a insumos, serviços e informações. E essa pobreza menstrual é afetada por questões como desigualdade de gênero e tem relação com a extrema pobreza, com crises humanitárias, com crises sanitárias, que acabam fazendo com que a menstruação seja um motivo de privação de direitos e também de estigmas. E ela não atinge somente os países mais pobres. Dentro de um país como o Brasil, mesmo em cidades que têm IDH [Índice de Desenvolvimento Humano] mais alto, você tem condições de vida desiguais em seus territórios.

Quem mais sofre com a pobreza menstrual?

A gente observa que a pobreza menstrual acontece principalmente com pessoas e famílias que estão em condição de pobreza ou em situação de vulnerabilidade social, seja em contextos urbanos ou em ambientes rurais. Essa acaba sendo a população mais afetada. O relatório traz dados que identificam, por exemplo, que 713 mil meninas vivem em casas que não têm banheiro, chuveiro e sanitários; que mais de 900 mil meninas não têm acesso à água encanada em pelo menos um cômodo do seu domicílio; e que 3 milhões e meio de meninas brasileiras vivem em casa sem ligação à rede de esgoto. São meninas que moram em casa sem coleta de lixo. São estudantes que estão em escolas que não possuem banheiro em condição de uso ou que não dispõem de papel higiênico nem sabão nem água encanada — banheiros que, em alguns casos, não tem nem uma porta para garantir o mínimo de privacidade para os cuidados de higiene. A questão racial também é muito importante. Pelos dados do relatório, a gente observa que a chance de uma menina negra morar em um domicílio que não tem banheiro é três vezes maior do que a de uma menina branca; que o percentual de meninas da região Norte sem acesso a banheiro em suas escolas chega a quase 8,4%; e que a chance relativa de uma menina da área rural não ter banheiro em casa é 15 vezes maior do que para



FOTO: DIVULGAÇÃO.

uma menina da área urbana. Então, quem é mais afetado? É justamente quem está nessas condições: regiões Norte e Nordeste, área rural e em condições de extrema pobreza; e também mulheres em situação de rua ou que estão em casa sem o mínimo de infraestrutura de saneamento básico. Não é possível pensar direitos menstruais sem considerar essas múltiplas realidades do Brasil.

A gente tem visto relatos de pessoas que, sem conseguir comprar opções higiênicas, usam papel higiênico, papelão, sacolas plásticas e até jornal sobre a calcinha. O que significa menstruar nessas condições?

Para quem não está vivendo essa realidade, pode parecer



que a menstruação tem outro peso. Para quem está numa situação de acesso facilitado em termos de direito menstrual, pode ser difícil pensar que outras mulheres e meninas não vivem o mesmo. Imagine que a maioria das meninas brasileiras menstrua pela primeira vez entre 10 e 14 anos. A partir dessa idade, isso se torna algo corriqueiro, vivenciado ao longo da vida por muitos anos, e mensalmente. Mas se você pensar no contexto de muitos lares que vivem em situação de insegurança alimentar, esses itens de higiene vão ficar em segundo plano. Ora, você não tem nem o básico de alimentação, o que dirá do acesso a itens de higiene! Então, esses métodos acabam sendo utilizados como formas alternativas, mas nem sempre garantem uma higiene de fato ou algo que possa ser promotor de saúde. A saúde fica muitas vezes comprometida. Você imagina o que é usar miolo de pão, como a gente tem ouvido em relatos de mulheres em privação de liberdade! Isso tudo faz com que a menstruação seja vivenciada sem dignidade, o que inclusive compromete aspectos de saúde, que incluem a saúde sexual e reprodutiva.

Que problemas de saúde podem ser acarretados pela pobreza menstrual?

A gente pode pensar em infecções, alergias e até em saúde em um sentido mais amplo e ainda em questões relacionadas à saúde mental. A menstruação vivida nessas condições de pobreza e não-dignidade traz simultaneamente uma sensação de desconforto para meninas e mulheres, uma sensação de que seu corpo é inadequado ou de que seu corpo como mulher é sujo. Isso pode acarretar problemas de autoestima e levar a um sofrimento psíquico. Além disso, se você tem que frequentar a escola e não tem essas condições mínimas de cuidados menstruais, isso faz com que você se ausente da escola ou que a frequência ou o aprendizado escolar fiquem comprometidos [veja relato na página 31]. E se o bem-estar corporal fica comprometido, isso pode trazer consequências não só físicas, mas também para a saúde psíquica. Também pode trazer consequências para a vida adulta relacionadas à própria educação. Imagine todos os dias em que as meninas precisam se ausentar em função da menstruação ou imagine a má qualidade de uma aula vivenciada por essas meninas em condições inadequadas. Isso também gera prejuízo para o aprendizado.

1,24 MILHÃO DE MENINAS

NO BRASIL NÃO TÊM

PAPEL HIGIÊNICO NOS BANHEIROS

DAS ESCOLAS EM QUE ESTUDAM.

DENTRE ESSAS,

66,1% SÃO PRETAS/PARDAS.

“A pobreza menstrual não se resume apenas a uma questão econômica. Envolve acesso a insumos, serviços e informações.”



O RELATÓRIO

“Pobreza menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos” é uma publicação do Unfpa e Unicef, feita a partir de um estudo da economista Caroline Moraes com dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (Pense) e Pesquisa de Orçamentos Familiares (POFs). O relatório completo pode ser acessado em <https://bit.ly/3k1Ycqi>.



CERCA DE 321 MIL ALUNAS

ESTUDAM ONDE NÃO TÊM

BANHEIRO EM CONDIÇÕES DE USO

Apesar de ser uma questão de saúde pública, a menstruação muitas vezes é tratada como um tabu. Por quê? E olha que esse é um processo orgânico, corporal, biológico, natural, que acontece na maioria dos corpos das mulheres e meninas... Mas é verdade, curiosamente, a menstruação ainda tem uma carga em termos de simbologia social que carrega mitos, tabus e inclusive estigmas. Mas ela precisa ser encarada como um processo natural, com naturalidade, com informações. Precisa ser discutida abertamente na escola — não só por meninas, mas também por meninos. Esses tabus que envolvem a menstruação são uma consequência das discriminações de gênero, mas também reforçam essas discriminações e os estigmas associados ao corpo feminino. Então, essa é uma questão que acaba acentuando as desigualdades de gênero, as desigualdades sobre corpo, a discriminação, mas também traz consequências, como já falei, para a educação e às vezes até interferem no ir e vir dessas meninas e mulheres — se elas não têm segurança de que não terão surpresas, por exemplo, no transporte público, se elas não contam com um item que vai conter a menstruação de uma forma segura, até o trânsito delas pela cidade sofre interferências. São direitos básicos que acabam comprometidos.

O que precisa ser levado em conta no debate sobre pobreza menstrual?

O que a gente tem colocado, como eu disse antes, é que são vários os fatores ligados à pobreza menstrual. Então, a falta de acesso a produtos de higiene menstrual tem um impacto econômico, sim, já que mensalmente você precisa fazer a aquisição desses itens. Mas isso não pode ser pensado de forma isolada. Por exemplo, é preciso levar em consideração a dificuldade de acesso à água — apesar de o coletor menstrual ser mais sustentável, ele também requer que você tenha acesso à água, então, pode ser que naquele contexto específico o coletor não seja o mais adequado. Mas o debate sobre a pobreza menstrual inclui também o próprio acesso a medicamentos para administrar problemas menstruais como

“Curiosamente, a menstruação ainda tem uma carga em termos de simbologia social que carrega mitos, tabus e inclusive estigmas.”

ABSORVENDO O TABU

Melhor documentário curta-metragem no Oscar de 2019, “Absorvendo o tabu” é um filme sensível sobre a menstruação e seus estigmas e sobre o quanto o acesso à informação é um poderoso instrumento para combater desigualdades. Assinado pela cineasta Rayka Zehtabchi, o curta de 26 minutos acompanha um grupo de mulheres durante a implementação de uma máquina que produz absorventes biodegradáveis — uma forma de garantir independência financeira ao mesmo tempo em que melhora a higiene e a autoestima de mulheres em comunidades rurais na Índia. O filme está disponível na plataforma Netflix.

“Imagine todos os dias em que as meninas precisam se ausentar em função da menstruação ou imagine a má qualidade de uma aula vivenciada por essas meninas em condições inadequadas.”

713 MIL MENINAS VIVEM EM

CASAS QUE NÃO TÊM BANHEIRO,

CHUVEIRO E SANITÁRIOS.

cólicas ou o acesso a serviços médicos para que elas possam verificar se há algo irregular ou ainda o acesso a informações sobre saúde menstrual, autoconhecimento sobre corpo e ciclos menstruais, assim, ao básico do básico, para que as meninas cheguem à primeira menstruação com todas as informações necessárias para entender o que significa.

Por que é necessário dar cada vez mais visibilidade ao assunto?

Porque essa é uma questão que está muito além de uma questão individual ou que diz respeito àquela menina unicamente. É uma questão que diz respeito às famílias, às escolas, às unidades de saúde e à sociedade como um todo. A gente precisa discutir cada vez mais e mais abertamente esses temas. Isso significa que a gente deveria ter, sim, uma defesa da educação integral em sexualidade. É justamente nessa educação em saúde e sexualidade que vai se falar de corpo, da primeira menstruação e de tantos outros assuntos relevantes. A gente precisa que as escolas coloquem abertamente os direitos menstruais como algo relevante, que a mídia assuma isso, que o poder público assuma isso. É muito importante que a gente tenha a distribuição gratuita de itens de higiene menstrual. Mas numa perspectiva macro, a gente também precisa facilitar e promover o próprio acesso ao saneamento básico, à saúde, à moradia digna.

Recentemente, o presidente Jair Bolsonaro vetou trechos de um projeto de lei que previa a distribuição gratuita de absorventes em escolas públicas. No Brasil como vêm funcionando as políticas públicas em relação ao assunto?

A gente tem vários projetos que foram apresentados em nível local, estadual e municipal, além de outros tantos que foram

colocados em pauta em nível nacional, dentro do Congresso. No geral, as propostas legislativas têm trazido uma ênfase na garantia de acesso a itens básicos para perfis específicos. Você tem uma priorização de meninas e mulheres em situações extremas de vulnerabilidade social e com dificuldades de acesso a itens básicos de higiene, geralmente mulheres em situação de rua, meninas em extrema pobreza ou mulheres que estejam em situação de privação de liberdade. Então, sem dúvida, isso faz parte das ações para promover a garantia de direitos de meninas e mulheres no Brasil, país tão marcado por desigualdades e inclusive por dificuldade de garantias de direitos básicos como são os direitos menstruais.

Na ausência de políticas públicas, são muitas as iniciativas da sociedade civil que vêm propondo a distribuição de itens de higiene menstrual. Como elas podem fazer a diferença na vida de mulheres afetadas pela pobreza menstrual?

Esses espaços são muito importantes, sem dúvida. Acho que a gente precisa valorizar, incentivar e motivar que essas iniciativas também ocorram. E como a pobreza menstrual vai além do acesso aos itens de higiene menstrual, ela também envolve acesso à informação, essas ações ajudam a dar visibilidade ao tema, colocam o assunto no espaço público e, quando esse tema começa a ser mais debatido, ele também colabora e muito com a redução da pobreza menstrual. Só que, claro, a gente precisa ter em mente uma escala mais ampla, que abarque os diferentes territórios no país, então, a gente precisa, sim, ir para o âmbito de políticas públicas. O ideal seria que a gente tivesse tanto ações pontuais como essas, que podem ser muito efetivas, quanto garantir uma escala ampla. São ações complementares.

O VETO DE BOLSONARO

Autora do projeto de lei que cria o Programa de Proteção e Promoção de Saúde Menstrual, a deputada federal Marília Arrais (PT-PE) disse, em declaração ao portal Metrôpoles (9/10), que o veto de Jair Bolsonaro é um atentado contra a dignidade das mulheres. O Executivo alega que o projeto não atende ao princípio da universalidade do sistema de saúde e que não indica a fonte de custeio. Mas o texto previa que o dinheiro para a distribuição de absorventes deveria vir de recursos do SUS, como informa reportagem no El País Brasil (11/10). O investimento estimado pelo Senado seria de 84,5 milhões de reais por ano. A decisão do presidente ainda pode ser derrubada pelo Congresso Nacional.

O que mais lhe impactou no relatório publicado pelo Unfpa e Unicef?

Acho que passa pela noção da dimensão do problema da pobreza menstrual. Já havia outras iniciativas nesse sentido, mas esse relatório traz dados muito precisos e evidentes. Ao olhar para os dados, você percebe que não se trata de uma realidade pontual de um grupo pequeno, mas vivenciada por uma parcela considerável de meninas e mulheres no país. Acho que a grande contribuição desse relatório é justamente nos trazer uma fotografia da quantidade de pessoas impactadas pela pobreza menstrual, algo que a gente já tinha intuitivamente, mas que é muito diferente de quando você olha para os dados. Tudo isso nos faz deixar de ver como uma experiência individual para percebê-la como algo muito mais frequente e vivenciado por uma quantidade maior em termos estatísticos do que a gente poderia intuitivamente cogitar.

Por último, como enfrentar a nossa pobreza menstrual?

Bom, a gente precisa enfrentar, sem dúvida, com política pública, tanto aquelas que garantam a permanência das meninas na escola — e aí vai desde a garantia da distribuição gratuita de itens de higiene menstrual até melhorias de banheiros —, mas que também passem por uma melhor promoção da informação e da educação em saúde, em corpo e sexualidade. Isso, no âmbito escolar. Para além dele, a gente precisa também da distribuição gratuita de itens de higiene menstrual para a população em vulnerabilidade social em abrigos, unidades de saúde, ou seja, que isso possa ser algo viabilizado pelo setor público para mulheres que estão em condições de mais necessidade, mas que a gente também tenha política pública no sentido de melhoria de infraestrutura e de moradia. A gente precisa pensar que a pobreza menstrual é uma questão econômica, mas também social e política. E, para além das políticas públicas, é preciso pensar em transformações culturais, em desconstruir tabus e mitos para que o tema possa ser abordado de forma fácil, com informações precisas e embasamento científico, desconstruir essa carga e esse estigma que dificulta o acesso à

informação por parte das meninas e que muitas vezes acaba fazendo com que a menstruação seja vivida de uma forma pouco saudável, trazendo um sofrimento psíquico desnecessário. Então, acho que essa transformação cultural também precisa acontecer e que a gente possa tratar esse tema, cada vez com mais naturalidade e com informações necessárias, nos demais espaços, na própria mídia, inclusive. É preciso dar visibilidade a temas como esse, ainda mais agora com tantos desafios e resistências.

3,5 MILHÕES DE MENINAS

BRASILEIRAS VIVEM EM CASA

SEM LIGAÇÃO À REDE DE ESGOTO.

CAMPANHAS

“Até que toda menina, toda mulher e toda pessoa que menstrua seja livre, livre para menstruar”. Esse é o mote de uma campanha promovida pelas meninas do movimento Girls up Brasil que pretende colocar o debate sobre a pobreza menstrual no centro da cena e, se possível, acabar com o problema no país. Como parte dos esforços, elas produziram o estudo “Livre para menstruar — pobreza menstrual e educação de meninas”, com dados inéditos que podem ser acessados aqui (<https://livreparamenstruar.org/sobre/>). De Norte a Sul, há inúmeras outras iniciativas que vão desde projetos para arrecadação e distribuição de itens de higiene menstrual, a exemplo do Las chicas de chico (@laschicasdechico), até plataformas voltadas para sensibilizar parlamentares para políticas públicas sobre o assunto, como é o caso da campanha “Cadê meu absorvente?” (<https://www.cademeuabsorvente.nossas.org.br/>)

MAIS DE 900 MIL MENINAS NÃO TÊM

ACESSO À ÁGUA ENCANADA EM PELO

MENOS UM CÔMODO DO SEU DOMICÍLIO.

ALICE E A MENSTRUÇÃO

Uma dica de livro: O que a famosa história de Alice no País das Maravilhas tem a ver com o feminino? O que podem significar o coelho, o gato, o chapeleiro ou a tirana Rainha de Copas? Em Os Segredos de Alice (Senac SP), Bia Fioretti traz uma surpreendente reinterpretação que mescla personagens e situações do País das Maravilhas com informação científica apresentada (e desenhada) de uma forma muito original, desmistificando a menstruação, a puberdade, os ciclos femininos, ajudando também a entender a pobreza menstrual e a combatê-la através da informação.



MAS VOCÊ VAI USAR PAPEL HIGIÊNICO ?!

Na Escola Municipal Bahia, localizada na Zona Norte do Rio de Janeiro, estudam 575 alunos — 277 são meninas. “Eu já tive aluna que todo mês faltava dois ou três dias. Quando falava com ela para saber se estava doente ou com algum problema, era comum ouvir que havia faltado porque estava menstruada”, conta à *Radis* a diretora adjunta Vânia Carla Azevedo. “Ela nunca me disse abertamente se isso acontecia por falta de dinheiro para o absorvente, mas o fato é que ela não vinha à escola”. Tão comum quanto as ausências durante o ciclo menstrual eram os pedidos por absorventes. “Algumas vinham me pedir papel higiênico para evitar que o fluxo vazasse. Eu perguntava, admirada: ‘Mas você vai usar papel higiênico?!’ e elas respondiam que sim, já estavam acostumadas”. Vânia também notava alguns constrangimentos. “Muitas permaneciam na sala até muito depois dos outros alunos dispersarem e só então saíam, de casaco amarrado na cintura”.

Esses episódios aconteciam com tanta frequência que a direção da escola decidiu disponibilizar por conta própria

absorventes para as alunas. “A gente compra com nosso próprio dinheiro. Eu, o diretor e a coordenadora nos revezamos para abastecer a farmácia da escola e garantir que elas tenham à mão sempre que precisarem”, diz Vânia, para quem a distribuição de absorventes deveria ser política pública. Na opinião da diretora adjunta, isso ajudaria a combater a evasão escolar e, quem sabe, a naturalizar um assunto que, não deveria, mas ainda é um tabu no ambiente escolar. “Sempre que precisam, as alunas disfarçam, pedem para sair da sala para beber água e vêm aqui no cantinho falar baixinho com a gente”, conta. “Mas se não tiver nenhuma mulher com quem elas possam falar, provavelmente vão embora sem resolver o problema”.

Vânia agora espera que a Escola Bahia seja beneficiada pelo programa Livres para Estudar, anunciado (13/10) pela prefeitura do Rio, logo após a repercussão negativa em torno dos vetos do presidente Jair Bolsonaro, e que prevê a distribuição de 8 milhões de absorventes por ano para estudantes da rede municipal. Outros estados e municípios do país já adotam medidas parecidas. (ACP)





CUIDADOS AO NASCER

Atendimento precoce e especializado pode ser decisivo para gestantes e bebês com malformação, indica diretriz clínica elaborada pela Fiocruz

LISEANE MOROSINI

Maria aguarda o nascimento de Beatriz, sua primeira filha. Porém, durante uma consulta de pré-natal, ela recebe a notícia de que a gravidez é de risco devido a uma má-formação congênita. Imediatamente, a espera se transforma em angústia: o que fazer? Pesquisadores do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF), da Fiocruz, reforçam que o encaminhamento precoce no pré-natal é determinante para garantir a qualidade de vida da gestante, do bebê e de toda a família em casos como esse. Para ampliar a atenção ao recém-nascido, eles elaboraram — junto a pesquisadores de outras universidades — uma linha de cuidado para malformações no período neonatal que indica qual o caminho que a gestante com bebê em risco deve trilhar no sistema de saúde.

Maria é uma personagem fictícia, mas situações como essa são reais: desde 1999, as malformações congênitas aparecem como a segunda principal causa de morte em menores de um ano de idade. Dados do Boletim Epidemiológico, publicado pelo Ministério da Saúde em fevereiro, indicam que a cada ano cerca de 24 mil recém-nascidos são registrados com algum tipo de anomalia. O órgão reconhece que este número está subestimado e sinaliza que diversas anomalias têm tratamento existente ou medidas de intervenção efetivas.

Dirigida a profissionais de saúde, gestores e usuários do sistema, a pesquisa desenvolvida na Fiocruz pretende contribuir para o planejamento adequado do nascimento e a continuidade da assistência em recém-nascidos com malformações congênitas cirúrgicas e colaborar na programação de um atendimento ideal para as gestantes. Coordenada pelos

médicos José Roberto de Moraes Ramos, do IFF/Fiocruz, e Arnaldo Costa Bueno, da Universidade Federal Fluminense (UFF), a pesquisa está inserida no Programa de Políticas Públicas e Modelos de Gestão e Atenção à Saúde (PMA) da Vice-Presidência de Pesquisas e Coleções Biológicas, da Fiocruz.

A ideia é disseminar o protocolo para que bebês com patologias cirúrgicas graves e passíveis de correção tenham a chance de nascer em locais adequados e que garantam a melhor assistência desde o pré-natal até o acompanhamento após sua alta em ambulatório especializado. José Roberto observa que a identificação precoce do risco no pré-natal e a inserção em uma linha de cuidado adequada tem impacto direto na redução da mortalidade e também na morbidade desses pacientes. “É preciso entender que o bebê com malformação não pode ser acompanhado em uma unidade de atenção primária ou em um lugar distante de uma linha de cuidado adequada. Por sua condição, esse bebê não pode nascer em qualquer lugar”, assegura.

CUIDADO CONTINUADO

Segundo José Roberto, o documento proposto sobre diretrizes clínicas foi embasado nas melhores evidências científicas e permite o planejamento adequado para o nascimento e a continuidade da assistência dos recém-nascidos, envolvendo o encaminhamento da gestante para um serviço de referência, o planejamento do parto, a realização do procedimento cirúrgico, o atendimento médico especializado e o acompanhamento ambulatorial. Os pesquisadores trabalharam durante cinco anos e escolheram três grupos de malformações congênitas cirúrgicas que têm importante repercussão clínica e epidemiológica e que podem ser corrigidos ainda na fase intrauterina: a gastrosquise (abertura no abdome do feto), a hérnia diafragmática (que ocorre pelo fechamento incompleto do diafragma) e as malformações do sistema nervoso central (que provocam hidrocefalia e mielomeningocele, entre outras questões). Para o pediatra, o protocolo estabelecido pode salvar vidas. “A gestante tem que ser identificada precocemente e acompanhada durante toda a gestação”, observa.

José Roberto reforça que a detecção precoce é fundamental para que as equipes de saúde programem as intervenções necessárias, o que contribui também com a melhora na sobrevivência desses bebês. “Nascer num hospital adequado é um fator de proteção. Muitas dessas mortes são evitáveis”, ressalta. Por isso, ele destaca que as diretrizes clínicas e parâmetros para o planejamento dessa linha de cuidado favorecem sua otimização. “Há necessidade de reestruturar o sistema de saúde para qualificar o atendimento, reduzir a morbimortalidade e melhorar a qualidade de vida desse grupo”, observa.

Além disso, o médico chama a atenção dos gestores de saúde pública para incorporar o conceito das linhas de cuidado e melhorar a organização e o fluxo da Rede de Atenção à Saúde. “A adoção de protocolos adequados podem contribuir para maior disponibilidade de vagas neonatal e pediátrica, reduzir o tempo de internação desses bebês disponibilizando mais leitos neonatais e ainda reduzir os gastos públicos e familiares com saúde”, observa. 



CAMINHOS NO SUS

Para ampliar a disseminação da nova linha de cuidado, os pesquisadores produziram um vídeo animação que, de forma didática, mostra a necessidade de as equipes de saúde terem um olhar mais centrado e individualizado na gestante e em sua família. Nele, as personagens Paula e Maria iniciam seu pré-natal no SUS, mas na ultrassonografia realizada com 12 semanas de gestação, Maria descobre que seu bebê tem risco de nascer com malformação congênita, uma anomalia estrutural ou funcional, e que deverá ser confirmada com a ultrassonografia morfológica realizada por volta da 22ª semana. A partir desse diagnóstico, e de acordo com os resultados da pesquisa “Linha de cuidado para malformações cirúrgicas no período neonatal”, Paula e Maria devem seguir caminhos diferentes no SUS. No vídeo, enquanto Paula, que teve a primeira ultrassonografia dentro do padrão esperado, vai continuar seu pré-natal na Unidade Básica de Saúde, Maria deve ser encaminhada para um hospital de referência, onde há mais recursos para fornecer atenção adequada no pré-natal, no parto e depois que seu bebê nascer. A ideia é que o vídeo sensibilize gestores e profissionais de saúde e oriente ao ser exibido em salas de espera de unidades de saúde. Assista em: <https://youtu.be/QHNfLLN9VGU>.

SAIBA MAIS

Filme para Link webTV

<https://drive.google.com/file/d/1Xfk3bUcjBChLVhdzh3Dp5ryzelpxmBu5/view>

Animação

<https://youtu.be/QHNfLLN9VGU>

Teaser

<https://youtu.be/OG6JHKf-ZNO>



ENVELHECER NO BRASIL

Ao reunir trabalhos sobre diferentes aspectos do envelhecimento, Envelhecer no Brasil (Paco Editorial) apresenta ações efetivas e que melhoraram a saúde dos idosos. O livro compila estudos e experiências sobre os tópicos de Saúde do Idoso, Políticas Públicas de Saúde para o idoso, tecnologias para prevenção e habilitação/reabilitação de quedas para promoção e a prevenção da saúde, de modo a entender como proporcionar uma melhor qualidade de vida e evitar a sobrecarga no sistema de saúde. Além disso, visa fomentar uma linha de cuidados com o idoso e incentivar outros estudos para e sobre essa população.

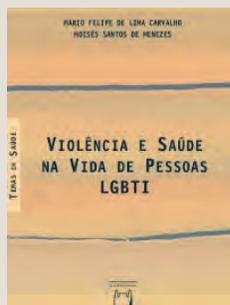
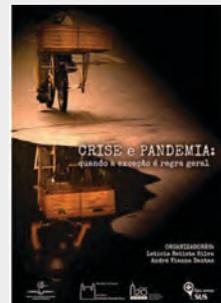
OS MANOS E AS MANAS

Voz conhecida do rap nacional, Mano Brown estreou em agosto o podcast Mano a Mano, no Spotify. Saúde, música e política entram nas entrevistas inéditas que o músico vem realizando com personalidades de diferentes áreas e vão ao ar semanalmente às quintas-feiras. Para democratizar o debate e tornar o conteúdo acessível, os 16 episódios do podcast ficarão disponíveis de forma gratuita na plataforma.



TEMPOS PANDÊMICOS

Crise e Pandemia: quando a exceção é regra geral (Editora EPSJV) desbrava as contradições sociais aprofundadas durante a pandemia da covid-19. Na obra, professores e pesquisadores de diversas instituições tratam da economia política, da comunicação, das políticas públicas de saúde e educação, e da condição geral dos trabalhadores, nestes tempos pandêmicos em que prevalecem o irracionalismo, o senso-comum e muitas vezes a mentira e a desonestidade das informações falsas. Para baixar o livro, acesse: <https://bit.ly/3bkYnrF>.



SAÚDE LGBTI

Violência e Saúde na Vida de Pessoas LGBTI (Editora Fiocruz) investiga a violência contra a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexo e seus efeitos no processo saúde-doença. Em quatro capítulos, os autores Mário Felipe Carvalho e Moisés Santos Menezes se debruçam, a partir de conceitos de estudos de gênero e sexualidade, sobre dados que mostram como o Brasil é um país violento em relação

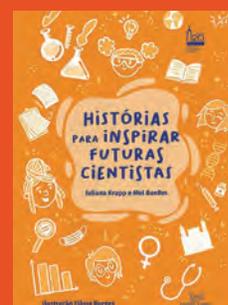
à população LGBTI e como essas violências afetam a saúde dessas pessoas. Integrante da coleção Temas em Saúde, a obra está disponível em formato impresso e digital, por meio da plataforma SciELO Livros.

RADAR NEGRO

No ar desde o ano passado, o Negrê se anuncia como “o primeiro portal de notícias e mídia negra nordestina no Brasil” e traz reportagens, artigos e análises que amplificam as vozes e os múltiplos olhares sobre o debate racial. As jornalistas cearenses Larissa Carvalho e Sara Sousa são as fundadoras do portal, que defende o exercício de um jornalismo ancestral, antirracista e descolonizador. Vale conhecer: <https://negre.com.br/>

MULHERES CIENTISTAS

Embora a participação das mulheres na ciência venha crescendo nos últimos anos, os homens ainda são maioria no topo da carreira científica. Mas, apesar dos obstáculos, há pesquisadoras que vêm mudando esse quadro. Histórias para inspirar futuras cientistas (Edições Livres/Fiocruz), de Juliana Krapp e Mel Bonfim, narra a trajetória de 13 mulheres que deram contribuições extraordinárias à ciência brasileira. Escrito para crianças e adolescentes, o livro traça perfis de brasileiras que não apenas fizeram grandes descobertas, mas que também têm buscado a ciência como forma de combater as desigualdades no país. O livro foi publicado em formato digital aberto na plataforma Porto Livre e no repositório Arca: <https://bit.ly/2Y27QRS>.





Carta de Tarumã: Declaração dos povos indígenas da Amazônia brasileira frente à crise climática

COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA (COIAB)

Nós, os povos indígenas da Amazônia brasileira, observamos há muito tempo as mudanças climáticas e seus efeitos em razão de mantermos uma relação ancestral com a Mãe Terra. Pois é dela que vem todo o nosso sustento e as explicações para os fenômenos que afetam a vida de todos os seres vivos e cosmológicos.

A crise climática está diretamente relacionada à ganância sobre as terras indígenas, aliada à erosão jurídica dos direitos indígenas e ambientais que está em trâmite no Brasil. O tempo em que estamos vivendo, no qual um vírus parou o mundo e afetou a rotina de bilhões de pessoas de todas as classes sociais e diferentes culturas, é fundamental para pensar seriamente na necessidade de respeitar a sociobiodiversidade presente em nossos territórios. Mas no Brasil, o governo atual é letal com políticas antiambientais, anticlimáticas e anti-indígenas. Nossos territórios, que são nossos de direito, estão sendo invadidos por garimpeiros e madeireiros; aldeias foram cercadas por fazendas de gado e soja; os rios são contaminados por agrotóxicos e mercúrio; a Floresta Amazônica está em chamas virando cinza; e governos e os fundos econômicos continuam apoiando financeiramente essa ganância desenfreada, a economia da destruição que mata e que destrói a vida e o planeta.

Todos precisam mais do que nunca ouvir nosso chamado, que nós, os povos indígenas, estamos alertando há séculos a partir dos saberes ancestrais que orientam nosso modo de ver e entender o mundo. É neste contexto que mais uma vez chamamos a atenção para a necessidade de construir uma justiça climática inclusiva e participativa a partir das nossas cosmovisões, das salvaguardas e dos nossos territórios. É preciso ir além das metas estabelecidas nos acordos internacionais e passar a considerar o papel vital que nós, povos indígenas, desempenhamos nesse processo, e que deve ser implementado em eixos de responsabilidade socioambiental.

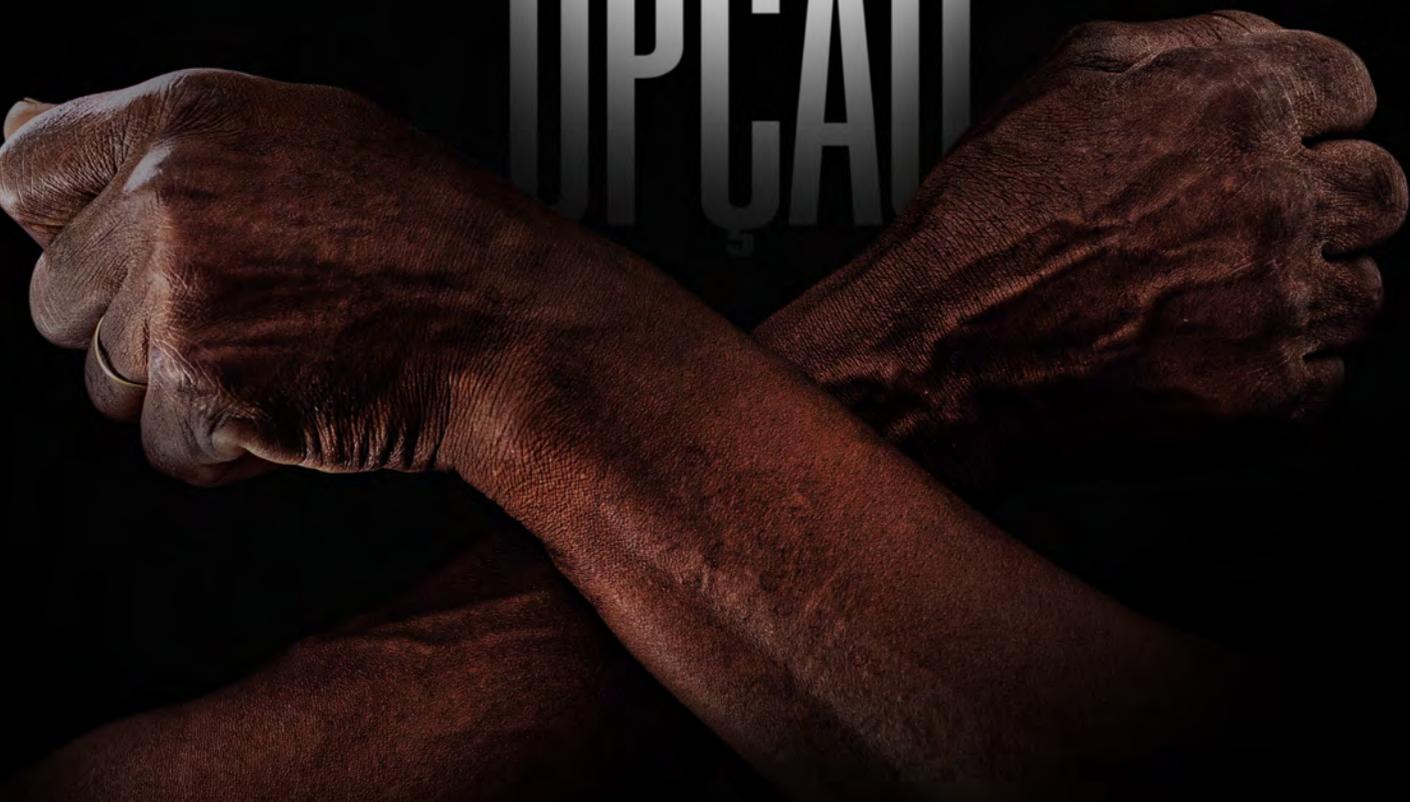
Chegamos ao ponto de não retorno. O recente relatório divulgado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), intitulado *Climate Change 2021: the Physical Science Basis*, demonstra de forma nítida que as mudanças climáticas causadas pela ganância do homem são irrefutáveis, irreversíveis e vão se agravar nos próximos anos e décadas se não tivermos ações práticas para alterar o quadro da crise climática, ambiental e social. De igual forma, mesmo se zerássemos as emissões de gases de efeito estufa, já teríamos um aumento significativo na temperatura global, o suficiente para efeitos catastróficos.

Não há outro caminho a não ser reconhecer, fortalecer e promover o importantíssimo papel desempenhado por nós, povos indígenas, dentro dos nossos territórios. Para nós, falar em justiça climática é justamente pensar o destino das presentes e futuras gerações e dos que escolheram outras formas de sociedade, como os povos isolados e de recente contato que se encontram na Amazônia. Isto está atrelado à necessidade de se respeitar as diversidades. A cosmologia indígena que nos faz compreender os sinais da Mãe Terra impõe o dever de reconhecer o ecocídio, em que os rios, lagos, animais, florestas e seres cosmológicos que ali habitam são sujeitos de direitos como nós, seres humanos, e devem ser respeitados. Por isso, falar em crise climática requer necessariamente reconhecer a importância das terras indígenas, e de nós, povos indígenas, que damos a vida para proteger a floresta e sua biodiversidade, cumprindo um papel fundamental no equilíbrio climático, beneficiando, assim, toda a Humanidade.

Entretanto, existe um caminho prático de solução que há muito tempo nós, os povos indígenas, viemos apontando: demarcar nossos territórios, mudanças no sistema de produção, plantar mais árvores, parar de queimar combustíveis fósseis e reduzir a pressão sobre a capacidade de carga da Terra. Este deve ser um compromisso de todos: governos, empresas e indivíduos.  (...)

■ **A LUTA DOS POVOS INDÍGENAS É DE TODO PLANETA!** * Carta produzida por lideranças indígenas que integram a coordenação das organizações indígenas da Amazônia brasileira (coiab), reunidas à beira do rio tarumã, em Manaus (AM), em 15 de outubro de 2021, como contribuição à 26ª conferência das nações unidas sobre as mudanças climáticas (COP26)

SILÊNCIO NÃO É OPÇÃO



Não há desenvolvimento com exclusão, não há saúde com discriminação. Reconhecer o racismo e combatê-lo é essencial para superar desigualdades estruturais e fortalecer a democracia

R RADIS

#NossoLadoÉoSUS